

CETÁRIAS, ÂNFORAS E SAL: A EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MARINHOS NA *LUSITANIA*¹

Carlos Fabião*

1. INTRODUÇÃO

A antiga *provincia* romana da *Lusitania* possui características privilegiadas para a exploração dos recursos marinhos: uma ampla frente atlântica, rica em recursos piscícolas e um clima quente, com estiagens longas e secas, adequado à produção de sal. O litoral apresenta numerosos vestígios arqueológicos que confirmam a dimensão e relevância destas actividades. No entanto, a literatura clássica praticamente nada nos diz sobre o tema. Este silêncio dos autores greco-latinos torna a investigação da exploração destes recursos na Antiguidade um tema essencialmente arqueológico.

De facto, são bem conhecidas as potencialidades piscícolas do Atlântico, sobretudo quando comparadas com as do Mediterrâneo, que fazem das zonas costeiras a ocidente do Estreito de Gibraltar áreas privilegiadas para a exploração daqueles recursos. Assim, não espanta que as franjas litorais desta ampla região, Andaluzia ocidental, costa meridional portuguesa e costas norte-africanas se apresentem ponteadas por um extenso cordão de antigas instalações de produção de preparados de peixe, que mereceu a atenção dos investigadores, em obras hoje clássicas, como a de Ponsich e Tarradel (PONSICH & TARRADEL, 1965; PONSICH, 1988). No entanto, a abordagem destes autores centrou-se naquela região concreta, a que o geógrafo português Orlando Ribeiro chamou “pré-mediterrâneo” (RIBEIRO, s/d [1978]) e que tantas afinidades históricas patenteia, o que justifica a menor consideração em que foram tidas outras áreas costeiras lusitanas. No fundo, a geografia ocidental da produção de preparados de peixe definir-se-ia, a sul, desde o Estreito até Lixus, Marrocos; e a norte, igualmente desde Gibraltar até ao cabo de S. Vicente (PONSICH, 1988). Esta unidade aparece-nos de algum modo sancionada pelas escassas e indirectas referências das fontes literárias gregas. Por exemplo, Estrabão quando sublinha o carácter

¹ Quando recebi o honroso convite para participar no presente volume de *Estudos Arqueológicos de Oeiras* pensei publicar de novo um trabalho apresentado há já alguns anos, no âmbito da Conferência Internacional sobre *Historia de la Pesca en el Ámbito del Estrecho* (Puerto de Santa Maria, 2004), citado na bibliografia do presente texto (FABIÃO, 2006). Para mim resulta óbvio tratar o tema da exploração dos recursos marinhos na Lusitânia, porque nele tenho estado profundamente envolvido, pelo projecto de investigação que coordeno, *A indústria de recursos haliêuticos no período romano: a fábrica da Casa do Governador da Torre de Belém, o estuário do Tejo e a facha-da atlântica* – PTDC/HAH/74057/2006, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Justificava-se a sua republicação, que por sistema não gosto de praticar, porque o volume editado pela Junta de Andalucía está condenado a uma circulação muito restrita, diria, fora dos circuitos arqueológicos. Parecia-me, contudo, evidente que deveria actualizá-lo, incorporando a nova informação entretanto publicada. A tarefa de revisão e actualização do texto veio a revelar-se mais complexa do que inicialmente supunha, porque, felizmente, cresceu substancialmente a massa de dados disponível, nos últimos cinco anos. Evoluiu também o meu próprio entendimento do fenómeno. Assim, embora partindo de e mantendo a estrutura anterior, percebi que estava, de facto, a fazer um novo texto. Por isso decidi dar-lhe outro título, por se tratar realmente de algo substancialmente diferente, espero e desejo, mais rico e interessante. Caberá ao leitor julgar.

* Deptº História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. cfabião@fl.ul.pt

civilizado das cidades turdetanas menciona *Ossonoba*, na costa algarvia, como uma delas (III.2.5) – é aliás na sequência deste passo da obra do geógrafo grego que se alude aos rios salgados e ao seu potencial produtivo, alimentando muitas unidades de produção de preparados de peixe, na região a ocidente das *Columnas de Hércules* (III.2.6), afinal, a única referência, ainda que vaga, a esta importante actividade económica nas costas lusitanas.

A valorização que Ponsich e Tarradel fizeram das costas algarvias portuguesas é perfeitamente compreensível, atendendo tanto à dimensão geográfica da sua análise, como ao conhecimento existente das numerosas unidades de produção de preparados de peixe, que remonta ao século XIX, aos pioneiros trabalhos de cartografia de sítios arqueológicos realizada por Estácio da Veiga (VEIGA, 1904, 1905 e 1910 [agora reunidos em VEIGA, 2006]; FIGUEIREDO, 1906; FABIÃO, 2007). Menos compreensível, porém, se afigura a menor consideração atribuída ao importante núcleo de Tróia, na foz do rio Sado, lugar onde se verifica uma imponente concentração de vestígios de actividades de exploração de recursos marinhos, igualmente bem conhecidos desde há longa data, muito antes mesmo do reconhecimento das costas algarvias. Provavelmente, o carácter marcadamente periférico do núcleo sadino terá justificado essa menor consideração, uma vez que aparecia como realidade isolada: recorde-se que ainda não fora identificada a produção de preparados de peixe na costa alentejana ou no estuário do Tejo. Contudo, se considerarmos a questão desde a óptica dos Autores Antigos, importa frisar que, bem mais tarde do que Estrabão, Cláudio Ptolemeu desenhou uma Turdetânia que se estendia muito para lá do Guadiana, abarcando *Salacia* e *Caetobrix* (TOVAR, 1976), em pleno estuário do Sado, justamente a área relevante na exploração de recursos marinhos. Esta referência não deverá menosprezar-se, na hora de analisar a extensão, cronologia e características da exploração de recursos marinhos nas costas da antiga província da *Lusitania*, como adiante comentaremos.

Para além de toda a informação que se foi publicando em Portugal sobre as actividades de exploração de recursos marinhos na costa ocidental a norte do Cabo de S. Vicente, alguns recentes trabalhos contribuíram decisivamente para uma maior divulgação da mesma, sobretudo junto de um público menos familiarizado com a produção científica publicada em português (EDMONDSON, 1987; ÉTIENNE, MAKAROUN & MAYET, 1994; LAGÓSTENA BARRIOS, 2001; ÉTIENNE & MAYET, 2002), afinal, como o trabalho de Mesquita de Figueiredo, divulgando os dados de Estácio da Veiga, que acabou por ter maior impacto e difusão do que a investigação original do algarvio, por se publicar em francês e em periódico internacional (FIGUEIREDO, 1906). Simultaneamente, a investigação sobre ânforas romanas de fabrico lusitano, fortemente relacionada com a exportação dos recursos marinhos foi implicitamente sublinhando a relevância da actividade pesqueira da região em época romana, por demonstrar amplamente a dimensão da exportação dos preparados de peixe (ALARCÃO; MAYET, 1990; FILIPE; RAPOSO, 1996 e FABIÃO, 2004, 2008).

Pode dizer-se, pois, que dispomos hoje em dia de um abundante conjunto de referências, resultante de um longo processo de acumulação de informação, sobre a pesca na *Lusitania* na Antiguidade, ainda que nos faltem muitos dados concretos, sobretudo os relacionados com as cronologias e ritmos das actividades, principais espécies capturadas, tipo de pesca praticada, geografia da produção e quadro social e económico em que a mesma se enquadrava. Trata-se de interrogações fundamentais, nomeadamente, para saber o que deve ao mundo indígena, ou ao púnico, esta actividade; se a exploração romana se limitou a incrementar algo já existente, como parece ter sucedido em outras regiões turdetanas, como a Andaluzia ocidental, ou se implantou de raiz a produção em larga escala de preparados de peixe; bem como para conhecer o como e quando desapareceu esse peculiar universo de exploração de recursos e hábitos de consumo, desenvolvido em época romana, para emergir um outro contexto de pescarias, o característico do mundo medieval, decididamente mais próximo do contemporâneo. Uma coisa é certa, pela omissão generalizada das fontes escritas, quer greco-latinas, quer islâmicas, a sua investigação terá de se fazer através dos restos materiais conservados, isto é, pela arqueologia.

O balanço actual de conhecimentos sublinha a existência de várias áreas onde se conservam estruturas com cetárias, indicadoras da produção de preparados de origem piscícola. A estes dados podem somar-se as evidências directas de artefactos relacionados com a pesca, pesos, anzóis, agulhas para reparar redes; e, em algumas regiões, identificaram-se também centros oleiros que produziram ânforas destinadas à exportação destes bens alimentares. O simples inventário da distribuição de locais com cetárias, com a avaliação das capacidades de algumas das mais conhecidas unidades, e dos centros oleiros produtores de ânforas, sublinha eloquentemente a grande importância de que se revestiu esta produção para a economia da *Lusitania*.

No entanto, muitas questões permanecem em aberto.

Em primeiro lugar, o âmbito cronológico em que se insere a exploração destes recursos. Há alguma evidência que sugere a possibilidade de se tratar já de uma actividade desenvolvida em época pré-romana, embora faltem ainda dados categóricos. Para o Algarve, sobretudo para a zona de Castro Marim, junto ao estuário do Guadiana, Ana Margarida Arruda tem debatido, em diferentes ocasiões, o tema de uma possível produção pré-romana de preparados de peixe (ARRUDA, 1999-2000; ARRUDA, 2006; ARRUDA *et al.*, 2006). As presumidas evidências de análogas explorações centradas no local onde hoje se ergue a cidade de Tavira não são suficientemente expressivas ou convincentes, ainda que sejam claros os indícios de actividades pesqueiras (MAIA, 2006). Sublinhe-se, porém, que uma coisa é a existência de testemunhos arqueológicos de artes de pesca, outra completamente distinta será a identificação de elementos comprovativos de que tal actividade sustentou uma produção de preparados de peixe destinada à exportação. Provas de que se pescou em assinaláveis quantidades existem em Castro Marim (ARRUDA, 2006) e em Tavira (MAIA, 2006), mas não se conhecem estruturas destinadas ao fabrico de preparados piscícolas. Também os dados sobre eventuais ânforas de tipologia dita “ibero-púnica” ali produzidas não são categóricos, para épocas pré-romanas.

Para o estuário do Sado foi igualmente alvitada a possibilidade de uma antiga actividade de exploração de recursos marinhos, partindo da identificação de ânforas de tipologia pré-romana de suposto fabrico local (DIOGO & FARIA, 1990). No entanto, nem se comprovou categoricamente que as ânforas eram de fabrico local, nem existe qualquer indício sobre o tipo de conteúdo que poderiam transportar, para lá de argumentos de senso comum, que valem o que valem – como em época romana se produzem na zona ânforas para transportar preparados de peixe, também eventuais produções anfóricas pré-romanas se deveriam destinar a esse fim.

Sublinhe-se, porém, que se afigura provável a existência de uma exploração intensiva de recursos marinhos e produção de preparados de peixe em quantidades suficientes para sustentar uma exportação, por diversas razões. Desde logo, pela riqueza piscícola atlântica, mas também pela analogia cultural entre as regiões da Andaluzia ocidental, onde essa actividade se encontra claramente documentada (LAGÓSTENA, 2001), e a região do extremo sudoeste da Península Ibérica, pelo menos, até aos estuários do Sado e do Tejo, se não mesmo em paragens mais setentrionais.

Conhecemos bem a produção de preparados de peixe e de ânforas para o seu transporte a distância, no ocidente peninsular, nos inícios do Principado, designadamente nas olarias sadinas (SILVA, 1996; MAYET & SILVA, 1998; 2002) e no Morraçal da Ajuda, em Peniche (CARDOSO *et al.*, 2006). Nem para o Algarve nem para o baixo Tejo há indícios claros de uma tão precoce produção. Trata-se, no fundo, de saber se ocorreu ainda em época tardo-republicana o início da produção de preparados de peixe à maneira romana e utilizando contentores locais de tipologia romanizada, à semelhança do que se verificou na vizinha Andaluzia. Embora nos faltem ainda dados mais firmes, avolumam-se os indícios de ter havido, de facto, uma produção de ânforas na *Lusitania* ainda em finais da República ou no reinado de Augusto. Conhecemos sobretudo materiais de fabrico lusitano recolhidos em contextos de consumo, como em outro local já se comentou (MORAIS & FABIÃO, 2007) e, no estado actual dos conhecimentos, afigura-se provável que o baixo Sado pudesse ter sido a região onde mais precocemente se instalaram estas actividades. As formas arcaicas das olarias de Abul e Pinheiro (SILVA, 1996; MAYET & SILVA, 1998;

2002) e a existência de materiais de época republicana recuperados nas imediações de Tróia (SOARES, 1980) são, de momento, os mais sólidos argumentos. Mas, recorde-se, também na área da unidade de produção de preparados de peixe de Cacilhas se recolheram materiais datáveis da época tardo-republicana ou dos inícios do Principado (BARROS & AMARO, 1984-1985; SANTOS *et al.*, 1996), infelizmente, em contextos que não permitem uma directa associação à unidade de produção de preparados de peixe ali identificada.

Contudo, foi somente durante o séc. I d.C. que se generalizaram as produções anfóricas e, provavelmente também, os complexos com cetárias relacionados com a exploração de recursos marinhos. Sobre estas fases clássicas da produção e sua periodização, não interessa agora insistir, uma vez que se pode considerar relativamente bem caracterizado o fenómeno e razoavelmente definidos os seus principais ciclos (FABIÃO & CARVALHO, 1990; FABIÃO, 2004; 2006; 2008), como adiante se comentará.

Assente a relevância da actividade de produção de preparados de peixe em época romana, nova interrogação se coloca para as fases mais tardias da actividade. Dispomos de informações que crescentemente vêm sugerindo uma continuidade da produção e exportação de preparados de peixe no ocidente da Península Ibérica para lá do século V d. C. Há que reconhecer a ainda escassez de dados, mas basta comparar o volume de informação que estabeleci em dois trabalhos dedicados a este tema, para se perceber aquilo a que chamaria uma consistente acumulação de informação, naturalmente cada vez mais relevante (FABIÃO, 1996, 2009), que se apresenta coincidente com a recentemente publicada para outras regiões meridionais da Península Ibérica (BERNAL, 2003, 2008).

É também grande o desconhecimento sobre as espécies capturadas e o tipo de preparados fabricado. Algumas observações dispersas valem o que valem, embora sirvam acima de tudo para sublinhar o muito que resta por fazer; veja-se, por exemplo, algumas notas reunidas para a exposição dedicada á exploração de recursos em época romana (ALARCÃO, 1997) e, sobretudo, o estudo de Carlos Assis e Clementino Amaro sobre a ictiofauna de Lisboa (ASSIS & AMARO, 2006). Actualmente, com o projecto de investigação da Casa do Governador da Torre de Belém (Lisboa) esperamos lançar alguma nova luz sobre o tema, com o estudo desenvolvido por Sónia Gabriel, ainda que sempre limitada, por se tratar somente de evidência associada às últimas fases de laboração da grande unidade de produção de preparados de peixe que ali foi escavada (FABIÃO *et al.*, 2008; FILIPE & FABIÃO, no prelo). Generalizada é a falta de informação sobre as actividades de exploração do sal ou a eventualidade de outros artigos marinhos terem sido aproveitados também, como por exemplo, os utilizados na tinturaria, por muito que alguns investigadores sublinhem as presenças, na realidade, sempre bastante discretas, de moluscos nos locais onde se identificaram cetárias, nada de concreto e incontroverso pôde estabelecer-se – também no âmbito do mencionado projecto de investigação, Manuela Dias Coelho estuda o abundante acervo de fauna malacológica recolhido na Casa do Governador da Torre de Belém (FABIÃO *et al.*, 2008).

Finalmente, quase nada se sabe sobre os contextos sociais e económicos em que se desenvolveram todas estas actividades. A tese de J. Edmondson, da existência de três modelos distintos de laboração, o urbano, o suburbano especializado e o de *villae* (EDMONDSON, 1987), foi perdurando até há pouco tempo. Contudo, a multiplicação de novos sítios identificados e escavados foi complexificando bastante o tema. Por um lado, não temos qualquer dúvida quanto à existência de produções urbanas, de que *Olisipo* constitui o mais eloquente exemplo – veja-se os trabalhos de Clementino Amaro (AMARO, 1994) e Jacinta Bugalhão (BUGALHÃO, 2001), bem como o levantamento das evidências conhecidas e sua discussão que realizei há pouco tempo (FABIÃO, 2009). No entanto, os restantes modelos, como os de supostos *vici* “industriais” ou das *villae* já suscitam mais dúvidas, quer por não ser de todo clara a real natureza de alguns dos locais, como Tróia, por exemplo, quer por não ser de todo evidente que exista qualquer espécie de generalizada produção em âmbito de *villae*, como em outro local já tive ensejo de comentar (FABIÃO, 1994). Os mais recentes trabalhos pouco têm contribuído para um melhor esclarecimento da questão, bem pelo contrário. Atente-se, por exemplo, no caso do grande complexo da Casa do Governador da Torre de Belém cujo contexto é totalmente desconhecido (FILIPE & FABIÃO, no prelo).

Em toda esta actividade produtiva, o sal constituiu, desde sempre, o elemento de mais difícil valorização, sobretudo a identificação de estruturas de salina, objectivamente muito difíceis de documentar, mas também o quadro social e económico da sua exploração. A quem pertenceriam? Estariam mais ligadas ao mundo da pesca ou ao mundo rural? Constituíam actividade autónoma?... Embora ciente da fragilidade deste método, procurarei demonstrar como o recurso a informação de épocas históricas mais recentes pode sugerir pistas de investigação, designadamente, sobre as áreas de implantação de salinas, os métodos de exploração e alguns aspectos do seu contexto social e económico.

A ideia central é a de que o aproveitamento dos recursos marinhos requer o concurso de diferentes actividades especializadas (pesca, extracção de sal, produção de preparados de peixe e fabrico de artefactos cerâmicos para o seu transporte), que gera múltiplas explorações complementares, mas genericamente independentes, devido à sua especialização e à coincidência sazonal em que decorrem as fases críticas da laboração. De facto, apesar de todas estas actividades (pesca, fabrico de preparados de peixe, salicultura e produção cerâmica) possuírem um cunho fortemente sazonal (com a eventual excepção da última), é no mesmo período do ano que se concentram as principais tarefas. Logo, teriam necessariamente de recorrer a diferentes contingentes de mão-de-obra, por impossibilidade prática de serem mobilizados para as distintas operações os mesmos agentes. Acrescente-se o carácter marcadamente especializado de cada uma destas actividades e a necessidade de buscarem distintas implantações topográficas, necessariamente próximas, mas suficientemente afastadas umas das outras.

Uma verificação interessante é a de que existe uma coincidência entre as áreas de exploração de recursos marinhos conhecidas em épocas históricas e aquelas onde se conservam sítios arqueológicos com evidências destas mesmas actividades no período romano, o que sugere a possibilidade da futura identificação de novas áreas de exploração antiga até hoje não identificadas. Isto é, todas as zonas onde se conhece exploração de recursos marinhos na Antiguidade desenvolveram idêntica actividade em épocas mais recentes; mas nem todas as áreas onde se conhece uma relevante actividade pesqueira e salineira em tempos históricos revelaram vestígios de explorações antigas, quase sempre por ausência de investigação concreta. Assim, poderão no futuro desenhar-se programas de pesquisa de eventuais estruturas de produção de preparados de peixe de época romana, em zonas como o baixo Mira, as antigas margens das lagunas da Estremadura portuguesa, o baixo Mondego, o Vouga, enfim, todo um universo de possibilidades que se encontra em aberto e que poderá confirmar ou infirmar a pertinência de ensaiar abordagens retrospectivas ao estudo das actividades marítimas no ocidente peninsular. Sublinhe-se, porém, que não se pretende com esta afirmação defender uma continuidade das actividades pesqueiras de grande escala através dos séculos. Pelo contrário, como haverá ensejo de comentar, verificam-se notórias descontinuidades no tempo, que tornam anacrónica qualquer consideração sobre a origem romana da exploração de pesqueiros e salgados históricos. O que sucede é que as áreas com facilidades portuárias para o apoio à pesca e com condições propícias à salicultura são limitadas, o que justifica e explica que tenham sido recorrentemente utilizadas em distintas épocas. Esta é a ideia central que defendo: sucessivas ocupações, mais do que continuidades multisseculares: a este respeito, alguns sítios algarvios encontram-se seguramente entre os mais expressivos exemplos, desde a desaparecida cidade de *Balsa*, até Lagos, com a bem conhecida e notória descontinuidade na ocupação humana.

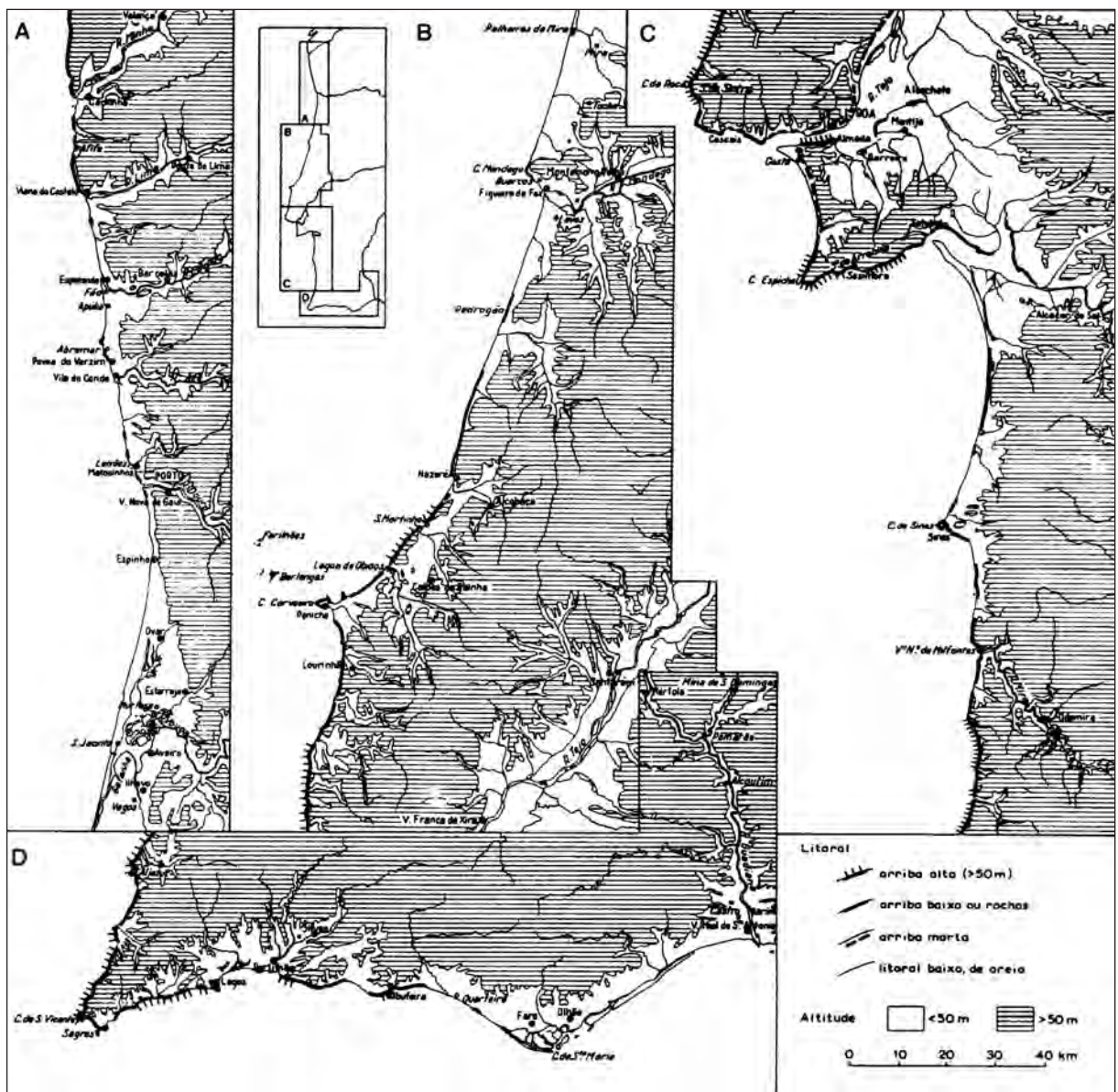


Fig. 1 – As costas portuguesas, segundo RIBEIRO, LAUTENSACH & DAVEAU, 1987.

2. A GEOGRAFIA DOS ANTIGOS PESQUEIROS

“O Tejo tem na foz uma largura de cerca de vinte estádios e uma tão grande profundidade que pode ser navegado por embarcações de dez mil ânforas de capacidade [...] O rio, por outro lado, é abundante em peixes e está cheio de moluscos”
Estrabão, *Geografia*. III.3.1

A riqueza das pescarias lusitanas é afamada desde tempos remotos, como se vê pela citação em epígrafe, razão pela qual se considerou sempre a pesca como uma das grandes actividades económicas do extremo ocidente da Península Ibérica, determinante na definição dos modelos do povoamento. Um conhecido tópico da historiografia portuguesa, que não interessa aqui expor ou discutir, é o do eventual papel do oceano e das actividades marítimas na construção do Estado português, isto é, o da existência de fases de “atlantização do povoamento”, a principal das quais se teria verificado justamente em época romana – é a conhecida tese de Jaime Cortesão (CORTEÃO, 1964), discutida e rebatida pelo geógrafo Orlando Ribeiro (RIBEIRO, 1977) e recentemente tratada por outros autores, designadamente Vasco Mantas (MANTAS, 1990,1999), como em outro local já comentei (FABIÃO, no prelo). Independentemente do que se tem procurado provar com tais observações, interessa aqui reter dois aspectos essenciais, a saber, o de se verificarem fases em que florescem importantes centros litorais, tirando partido da geografia francamente atlântica do ocidente da Península Ibérica e outros em que se observa uma clara retracção do povoamento costeiro, com a subsequente valorização das áreas interiores lagunares e de fundo de estuário, sem que tal implique, porém, um desprezo pelo potencial económico do grande oceano; o de parecer mais ou menos evidente que as oscilações na ocupação das orlas costeiras se relacionam directamente com as situações em que o mar é sobretudo fonte de rendimento, com imensos recursos, e outras em que se torna em local de onde vem o perigo, pela acção das múltiplas piratarrias que ao longo dos séculos assolaram as costas peninsulares. Uma vez mais, o geógrafo Estrabão sublinhou devidamente as vantagens que a erradicação da piratarria proporcionou à navegação em época romana (III. 2.5.) e, conseqüentemente, à ocupação humana das orlas costeiras. Este vaivém do povoamento, que conhecemos em épocas históricas, ajudará a enquadrar devidamente muitas das interrogações que pontuam as linhas que se seguem.

Para lá das situações históricas, a geomorfologia costeira limita e condiciona as possíveis regiões pesqueiras. De facto, as costas da antiga *Lusitania* apresentam características que merecem particular consideração (Fig. 1). De sul para norte, temos uma primeira região, claramente demarcada, que corresponde ao Algarve (Fig. 1, D). Estende-se desde a foz do Guadiana ao Cabo de S. Vicente e pode considera-se um prolongamento natural da Andaluzia ocidental, como aparentemente os próprios geógrafos antigos entendiam: caberá citar uma vez mais Estrabão (III.2.5), sem esquecer também que, ainda em épocas mais tardias, Ptolemeu localizava na Turdetânia cidades como *Balsa* e *Ossonoba* (TOVAR, 1976), ambas no litoral algarvio. Como já tive oportunidade de comentar, trata-se da região considerada por Ponsich e Tarradel nos seus estudos de referência, justamente pelas óbvias afinidades que apresenta com a sua simétrica norte-africana. Apesar da história ter desenhado aqui duas fronteiras, uma norte-sul, entre cristãos e muçulmanos, e uma outra, este-oeste, entre portugueses e espanhóis, esta comunidade continuou a existir, nomeadamente no sector das pescas, sublinhando a forte singularidade do Algarve no contexto português: teve estatuto de reino autónomo e uma densidade de centros populacionais e áreas portuárias ímpar no ocidente (RIBEIRO, 1978). Em outros locais me ocupei já das suas singularidades em época romana e das múltiplas interrogações que estas suscitam (FABIÃO, 1994, 2002). Naturalmente, atendendo à densidade do povoamento costeiro em época romana e a estas singularidades que conhecemos em época histórica, tentador seria supor que se desenhou no litoral algarvio um sistema de exploração de recursos marinhos que atravessou os séculos de um modo quase inalterado. No entanto, as transformações são sufi-

cientemente relevantes para que se não caia em análises simplistas e anacrónicas, como haverá oportunidade de comentar.

A norte do cabo de S. Vicente, escasseiam as áreas propícias à instalação de comunidades humanas na orla costeira, até ao estuário do Sado (v. Fig. 1, D e C). De facto, embora haja informações abundantes sobre a presença de comunidades pré-históricas junto de pequenas linhas de água em actividades de marisqueio, em todo o Sudoeste peninsular, a escassa relevância destas ribeiras não proporcionou estuários suficientemente amplos para o desenvolvimento de significativas actividades pesqueiras em épocas históricas. É bem provável que estes modos de vida de modestas comunidades de pescadores tenha permanecido, numa base de auto consumo, mas não são de todo essas realidades marginais, por assim dizer, que aqui interessa considerar. Em todo este litoral, somente a foz do rio Mira ou a enseada natural de Sines (SILVA & COELHO-SOARES, 2006) parecem ter possibilitado alguma navegação considerável e a respectiva presença de instalações portuárias em época moderna (RIBEIRO, 1977; PEREIRA, 2003). Significativamente é também nestas zonas que se verifica a existência de estruturas de época romana, sobretudo na segunda. Não será todavia de excluir a possibilidade de alguma ocupação em outros locais, como na foz das ribeira de Aljezur e Odeceixe, hoje muito assoreadas, na Ilha do Pessegueiro, próximo de Porto Covo, onde se conhecem relevantes vestígios de ocupação em época romana, com eventuais antecedentes pré-romanos (SILVA & SOARES, 1993) e, talvez, nas orlas de antigas lagunas a norte de Sines, embora nada de concreto se conheça actualmente e a área tenha sido já extensamente prospectada.

É nos estuários do Sado e do Tejo que se conhecem as duas áreas de maior concentração de vestígios da exploração dos recursos marinhos em época romana (Fig. 2). Se a primeira é bem conhecida desde há longa data, a segunda tem vindo a ser identificada, sobretudo nas últimas décadas (AMARO, 1990, 1994; RAPOSO & DUARTE, 1992; RAPOSO, SABROSA & DUARTE, 1995; BUGALHÃO, 2001; RAPOSO *et al.*, 2005) e poderá ter conhecido também uma assinalável relevância. No que respeita ao primeiro destes rios, é interessante verificar que existe uma longa tradição de povoamento, com evidentes conexões meridionais. Para lá dos dados arqueológicos, em sentido estrito – uma vez mais, remeto para os textos de Ana Margarida Arruda (ARRUDA, 1999-2000) –, assinala-se a óbvia influência gaditana da numária da antiga cidade que subjaz ao aglomerado de Alcácer do Sal (FARIA, 1989, 1992), onde nem faltam as representações de atuns a sublinhar eventual relevância pesqueira da zona, e com uma significativa onomástica turdetana entre os seus magistrados, como bem sublinhou António Faria (FARIA, 1989). Acrescente-se que Claudio Ptolemeu situava também na Turdetânia os aglomerados de *Caetobrix* e *Salacia* (TOVAR, 1976), ambos no baixo Sado. As escavações arqueológicas realizadas na área da antiga alcáçova medieval de Alcácer do Sal constituem um expressivo exemplo da continuidade das relações deste local com o mundo mediterrâneo desde os inícios do I Milénio a.C. (SILVA *et al.*, 1980-1981), o que reforça a ideia de uma possível exploração pré-romana de recursos marinhos, à semelhança do sucedido em outras paragens meridionais hispânicas. Sublinhe-se, porém, que a enorme concentração de unidades de produção de preparados de peixe no estuário do Sado não inibiu a instalação de análogas actividades em pequenas enseadas das suas proximidades, como Sesimbra, por exemplo. Esta realidade até há bem pouco tempo totalmente desconhecida, sublinha a relevância que pode ter a abordagem regressiva ao fenómeno da distribuição das comunidades de pescadores, uma vez que também em épocas históricas mais recentes existiu uma exploração concorrencial dos pesqueiros locais por sesimbrenses e setubalenses (RAU, 1951).

O estuário do Tejo constituiu outra das grandes áreas de concentração de unidades de produção de preparados de peixe em época romana. A actividade regista uma importante concentração na área urbana de *Olisipo* (AMARO, 1990, 1994; BUGALHÃO, 2001), mas estende-se também à margem sul, área de Cacilhas (AMARO, 1984-1985; SANTOS *et al.*, 1996) e Porto Brandão (SANTOS *et al.*, 1996). Ainda na margem norte conhecem-se unidades em Cascais (CARDOSO, 2006) e foi recentemente escavada um novo complexo de muito grande dimensão sob a antiga casa do governador da Torre de Belém, na antiga praia do Restelo (FABIÃO *et al.*, 2008; FILIPE

& FABIÃO, no prelo). Até há pouco, poderia pensar-se que a grande concentração de Lisboa convivia com unidades de menor capacidade instaladas junto a antigas ribeiras tributárias do Tejo, como seria o caso do Porto Brandão, por exemplo, mas a identificação da enorme unidade de produção da casa do governador da Torre de Belém veio alterar substancialmente este panorama (FILIPPE & FABIÃO, no prelo). Tal como no baixo Sado, também aqui se conhecem diversas olarias que fabricaram ânforas (RAPOSO *et al.*, 1995; RAPOSO & DUARTE, 2002; RAPOSO *et al.*, 2005), bem como diversas áreas produtoras de sal, ainda bastante activas em épocas recentes (BUGALHÃO, 2001).

A norte do estuário do Tejo, encontra-se uma costa de arribas elevadas (Fig. 1, C e B), mas com um importante complexo portuário histórico (RIBEIRO, 1977) cuja utilização em época romana começa agora a conhecer-se, ainda que somente de um modo indirecto (MANTAS, 1986, 1999). Assinale-se a identificação de um centro oleiro de produção de ânforas na área de Peniche, o Morraçal da Ajuda (CARDOSO & RODRIGUES, 2005; CARDOSO, RODRIGUES & SEPÚLVEDA, 2006), local onde eram conhecidas já antigas notícias reveladoras da provável existência de cetárias, infelizmente, não devidamente confirmadas (BERNARDO, 1966); ou da cidade romana de *Eburobritium*, nas cabeceiras da antiga lagoa de Óbidos, hoje muito assoreada, que poderá ter tido uma relevante função portuária (MOREIRA, 2002), com eventual produção de preparados de peixe. O nosso conhecimento desta região assenta em informações de épocas posteriores à da presença romana e inclui a existência de um importante complexo portuário na lagoa da Pederneira, com o seu porto de Paredes, hoje desaparecido; ao complexo portuário de S. Martinho, com Alfeizerão, servido por via romana e onde se conhecem alguns achados ocasionais daquela época (MANTAS, 1986), progressivamente substituído por Salir do Porto e por S. Martinho, à medida que foi progredindo o enchimento da laguna (PEREIRA, 2002). A cidade de *Eburobritium*, que terá sido abandonada em momento indeterminado, mas, provavelmente, no final da época romana (MOREIRA, 2002), substituída pela vila de Óbidos a jusante, poderá considerar-se, pois, uma cidade marítima, por dispor de acesso directo ao mar e uma extensa laguna que lhe forneceria as necessárias facilidades portuárias. O complexo de Atougua da Baleia e Peniche, em que o primeiro (um porto baleeiro, como o nome indica) foi decaído, ao ritmo do assoreamento da orla costeira, até ficar remetido para uma situação francamente interior, herdando o segundo, que ainda era uma ilha em época medieval, a condição de porto de pesca e local de alfândega, em época moderna, quando se transformara já numa península (PEREIRA, 2002). Justamente estas dinâmicas, que conseguimos esboçar a traço grosso, carecem de investigação mais precisa e concreta.

A norte deste sistema portuário, o litoral torna-se ainda mais inóspito, com dois importantes estuários, cuja relevância em época romana desconhecemos em absoluto: os estuários do Mondego e do Vouga (Fig. 1, B e A). Nestas duas áreas, as profundas alterações geomorfológicas recentes dificultam sobremaneira a pesquisa sobre antigas utilizações e creio mesmo que nunca se desenvolveram efectivos esforços para identificar vestígios de antigas actividades marítimas. Deverá reter-se, contudo, a relevância das presenças orientalizantes no primeiro local, claramente indiciadoras do seu potencial portuário (ARRUDA, 1999-2000, com referências).

Estes condicionalismos geográficos afiguram-se particularmente importantes por várias razões. Em primeiro lugar, porque o desenvolvimento das actividades pesqueiras requer a existência de facilidades portuárias para abrigo das embarcações. Mas, também, porque o pescado, enquanto bem alimentar, constitui matéria altamente perecível, requerendo, portanto, o desenvolvimento de actividades que possibilitem a sua conservação, pela secagem, pelo fumo ou pela salmoura, em suma, por um qualquer método que assegure condições para um consumo diferido ou para a sua exportação, frequentemente, para ambos. No que respeita à salmoura, terá de existir nas imediações do porto pesqueiro espaço adequado à construção de marinhas que possibilitem a salicultura, ou seja, têm de existir terrenos onde chegue a água do mar, mas suficientemente afastados da orla marítima para que se possa proceder à sua produção a coberto da acção das marés. Acrescente-se que a instalação de marinhas necessita de áreas úteis relativamente extensas, incompatíveis com vales cavados.

Assim, quando tentamos efectuar o inventário das zonas pesqueiras de época romana, dispomos, basicamente, de três tipos de evidências possíveis: vestígios de cetárias, indiciadoras da actividade de produção de preparados de peixe; olarias que tenham produzido ânforas destinadas ao transporte a distância destes bens alimentares, o que, naturalmente, revela a sua importância e magnitude; e marinhas onde se produzisse o sal, indispensável a tais actividades. Bem entendido, para além de outras evidências concretas e directas, como anzóis, agulhas de coser redes, pesos, etc. que, embora constituam prova concreta e circunstancial das actividades pesqueiras, em nada nos elucidam quanto ao seu volume e relevância económica e, por isso, não serão aqui considerados. Os três tipos de vestígios mencionados apresentam diferentes graus de conservação e suscitam distintas questões. Os primeiros, as cetárias, são prova concreta de actividades pesqueiras, suficientemente relevantes para justificarem uma produção de larga escala. No entanto, somente com boas referências estratigráficas poderemos tirar todo o partido desta informação, designadamente, situar no tempo a laboração de cada local onde tais indícios se conservam, o que nem sempre é fácil. Por razões óbvias, temos um mais preciso registo das fases finais da actividade e subsequente abandono e poucos dados sobre as fases iniciais, razão pela qual tantas interrogações ainda subsistem. Naturalmente, para as olarias, também serão importantes as referências estratigráficas e contextuais. No entanto, como é possível a partir dos dados obtidos nos centros de consumo datar os produtos que fabricam e exportam, conseguimos valorizar melhor os casos onde falta, de todo, um registo arqueológico conforme aos padrões das modernas exigências científicas. Finalmente, para as marinhas de sal os dados disponíveis são muito mais escassos. Contrariamente ao que sucede com cetárias e olarias, as estruturas de exploração do sal são, por definição, precárias e altamente perecíveis e, pior ainda, a sua estrutura parece ter-se mantido praticamente inalterada ao longo de séculos. Deste modo, mesmo quando dispomos de evidências estruturais no terreno e, portanto, perceptíveis na paisagem, muito difícil se torna demonstrar a sua cronologia. Por essa razão, neste caso concreto, limitar-me-ei a sublinhar o potencial proporcionado pelo conhecimento das marinhas históricas, como eventual indício das instalações antigas, embora reconheça a falibilidade do método.

3. CETÁRIAS

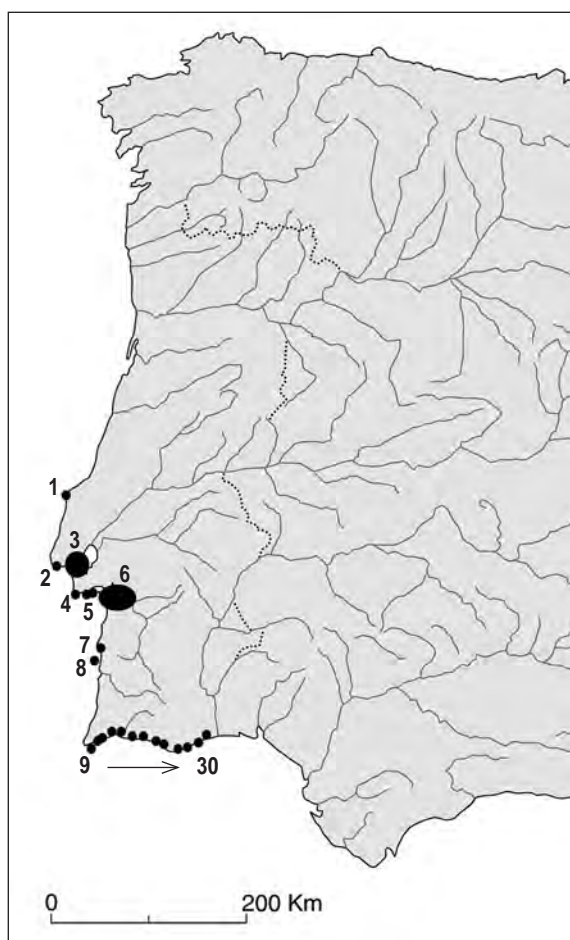
*“Quoniam vero in vrbe hac de qua nobis termo est, celebris erat piscatio,
& salsura talium piscium (...) Cetobriga vocata ciuitas est.
Durant adhuc in Caetobrigensi littore, ipsa cetaria, signino opere antiquitus fabricata.”*

*“E porque na cidade de que estamos a falar era célebre a pesca
e a salmoura destes peixes (...) chamou-se-lhe Cetóbriga.*

*Subsistem ainda hoje no litoral de Tróia os próprios tanques de salga
feitos na antiguidade de argamassa signina.”*

André de Resende, *Libri Quatuor De Antiquitatibus Lusitaniae*. Évora: 1593, fl. 196.

Como é patente no texto escolhido para epígrafe, o conhecimento de estruturas de época romana destinadas à produção de preparados de peixe remonta ao século XVI, sendo irrelevante para o caso, que se encontre associado a uma falsa etimologia. Particularmente no grande complexo de Tróia, fronteiro a Setúbal, eram patentes estes vestígios, que se espraiavam por uma apreciável extensão. O facto de, nesta mesma época, a região ter importantes comunidades piscatórias, não só na cidade sadina, mas também na vizinha Sesimbra, e ser o principal foco da salicultura nacional, com significativa exportação para vários pontos do reino de Portugal e para o norte da Europa (RAU, 1965), sublinhava a ideia de se tratar de uma actividade multissecular, herdada da época romana, o que nem será de todo exacto, uma vez que se verificaram significativas descontinuidades no povoamento do estuário. Tal não impede a verificação da relevante exploração de preparados de peixe em ambas margens do Sado,



Legenda: 1 – Peniche (?) – notícia não confirmada. 2 – Cascais. 3 – Grande concentração na zona do estuário do Tejo: Casa do Governador da Torre de Belém e as diversas unidades do subsolo de Lisboa, na margem direita; Porto Brandão e Cacilhas, Almada, na margem esquerda. 4 – Creiro, Setúbal. 5 – Rasca, Setúbal. 6 – Grande concentração na zona do estuário do Sado: Comenda, subsolo de Setúbal e Tróia, Grândola. 7 – Sines. 8 – Ilha do Pessegueiro. 9 – Beliche, V. do Bispo. 10 – Ilhéu da Baleeira, V. do Bispo (?). 11 – Salema, V. do Bispo. 12 – Boca do Rio, V. do Bispo. 13 – Burgau, V. Bispo. 14 – Senhora da Luz, Lagos. 15 – Lagos (inclui as várias unidades do subsolo da cidade e a da Meia Praia. 16 – Vau, Alvor. 17 – Portimões, Portimão. 18 – Baralha 2, Portimão. 19 – Ferragudo, Portimão. 20 – Armação de Pêra. 21 – Cerro da Vila, Loulé. 22 – Quarteira. 23 – Loulé Velho, Quarteira. 24 – Quinta do Lago, Loulé. 25 – Faro. 26 – Olhão. 27 – Quinta de Marim. 28 – Torre de Aires, Quinta das Antas. 29 – Quinta do Muro, V. Real de St. António. 30 – Cacela, V. Real de St. António.

Fig. 2 – Sítios com cetárias no litoral da *Lusitania*. Base cartográfica FABIÃO, 1994, onde se poderão encontrar as referências bibliográficas, que não constarem do presente artigo.

bem como em Sesimbra onde, até há bem pouco tempo, de todo se desconhecia qualquer vestígio de ocupação romana.

Várias campanhas de escavações realizadas em Tróia desde o século XIX foram sublinhando a relevância das actividades de exploração de recursos marinhos na Antiguidade. No entanto, por falta de publicação científica digna desse nome, o sítio foi sendo sempre um local conhecido por um “turismo erudito”, sem todavia ganhar um amplo reconhecimento como grande centro atlântico de produção de preparados piscícolas. Uma publicação recente, da autoria de investigadores franceses, poderá contribuir positivamente para um melhor conhecimento da sua importância (ÉTIENNE, MAKAROUN & MAYET, 1994). Mas, acrescente-se, somente um projecto de investigação coerente e continuado permitirá conhecer a verdadeira natureza e extensão do importante sítio arqueológico de Tróia. Esperemos que a nova fase de trabalhos, sob a direcção de Inês Vaz Pinto, possa ter êxito.

Ainda no século XIX, decorreram as extensas pesquisas de Estácio da Veiga nas costas algarvias. Estes trabalhos permitiram identificar um considerável número de locais onde se conservavam cetárias, igualmente indiciadoras de uma importante actividade de exploração de recursos marinhos, disseminada por todo o litoral, sem que pare-

ça terem existido áreas de concentração análogas às conhecidas no Sado ou no Tejo (Fig. 2). Mas, sublinhe-se, este panorama pode ser enganador, uma vez que todo este conjunto de sítios nunca foi tratado numa óptica micro regional. A área da antiga cidade de *Balsa* pode concentrar bastantes unidades de transformação, assumindo-se como área mais relevante do que se supõe; e áreas como a da ribeira de Lagos, Alvor ou Arade, poderão ter conhecido sistemas de exploração de estuário, com lógicas não muito distintas das documentadas no Sado e Tejo, ainda que em presumível menor escala. Uma vez mais, as vicissitudes da investigação não lograram projectar significativamente os centros algarvios, apesar da sua representação nas obras de referência de Ponsich e Tarradell (PONSICH & TARRADELL, 1965; PONSICH, 1988). De facto, embora as pesquisas do erudito algarvio se destinassem à produção de uma *Carta Archeologica*, a primeira do género que se elaborou em Portugal, acompanhada por extensa publicação nos volumes consagrados às *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, por morte do seu mentor, só os primeiros quatro volumes, consagrados às épocas pré e proto-históricas saíram dos prelos (VEIGA, 1886-1891), tendo permanecido no essencial inédita toda a informação relativa à época romana, a *Carta Archeologica do período Histórico*, para lá dos textos dados à estampa, postumamente, nas páginas de *O Archeologo Português*, por diligência de José Leite de Vasconcellos (VEIGA, 1904, 1905 e 1910). A informação está agora concentrada em volume (VEIGA, 2006). A iniciativa posterior de Maria Luísa Santos de resgatar ao esquecimento boa parte desta informação, deparou-se, todavia, com inultrapassáveis dificuldades de registo (SANTOS, 1971, 1972), que ainda hoje subsistem. No fundo, conhecem-se os locais, em alguns casos, plantas de estruturas, dispomos dos materiais arqueológicos recolhidos em cada um deles (nunca extensamente estudados, diga-se), mas não há qualquer informação sobre estratigrafias ou natureza dos contextos (FABIÃO, 1994, 2006, 2007). Em suma, um local onde há cetárias e onde se recolheram materiais dos séculos I e II não significa necessariamente que a essas épocas remontem as actividades de produção de preparados de peixe que as cetárias revelam.

Devido a importante informação suscitada por recentes investigações, poderemos eleger Lagos como exemplo e como espaço de reflexão sobre o tema da exploração dos preparados de peixe algarvios em época romana. Na actual área urbana foi possível documentar uma curiosa dinâmica de instalação de unidades destinadas à produção de preparados de peixe. Por um lado, na margem esquerda do rio de Lagos localiza-se o sítio arqueológico de Monte Molião, presumivelmente o grande aglomerado da região em época pré-romana, a *Laccobriga* de Pompónio Mela (III. 7), com uma extensa diacronia de ocupação, desde a Idade do Ferro até à época antonina (ARRUDA, 2007; ARRUDA *et al.*, 2008) – naturalmente, refiro-me à ocupação propriamente dita e não à necrópole também ali existente. No sopé do Molião, ainda na mesma margem, foi documentada uma unidade de produção de preparados de peixe dos inícios do Principado, seguramente a mais antiga até à data documentada em todo o Algarve (BARGÃO, 2008). Esta cronologia foi proposta com base nos dados relativos ao seu abandono, uma vez que não foi possível datar com segurança o momento da sua instalação, como habitualmente sucede com estas estruturas. Por outro lado, são de há longa data conhecidos os vestígios de cetárias na própria área urbana de Lagos, todos eles, ao que parece, de cronologia mais tardia. No estado actual dos conhecimentos, seria tentador supor que se verificou uma transferência desta actividade, desde a margem esquerda do estuário do rio para a margem direita, acompanhando a própria deslocação do povoamento que parece denotar análoga transferência, como já foi sugerido (ARRUDA, 2007; ARRUDA *et al.*, 2008). Contudo, o conhecimento de núcleos com ocupação durante fases mais tardias da época romana na área da Meia Praia (SERRA & PORFÍRIO, 2006; ÂNGELO, 2008) aconselha alguma cautela, já que poderemos estar perante um mais vasto fenómeno de exploração de recursos marinhos, inicialmente instalada junto do Molião, mas estendendo-se depois às duas orlas do estuário. Naturalmente, somente futuros trabalhos poderão esclarecer a questão.

Mas a investigação no subsolo do centro histórico da cidade de Lagos, margem direita, tem revelado novos dados deveras interessantes. Por um lado, tem vindo a identificar-se uma extensa frente de unidades de produção de preparados de peixe, ao longo das ruas Silva Lopes e 25 de Abril (MORÁN, 2006), sugerindo uma efec-

tiva especialização produtiva que não deixa de ter algumas semelhanças com realidades conhecidas nos baixos Tejo e Sado, ainda que também com algumas diferenças substanciais. Na ausência de elementos que permitam contextualizar de outro modo estas unidades, foi alvitrada a designação de *vicus*, afinal uma proposta não muito diferente da que tem sido sugerida para outros locais das costas lusitanas, como Serro da Vila, Quarteira (TEICHNER, 2006) ou Tróia, Grândola. Independentemente de não haver de momento dados mais consistentes para avaliar este enquadramento da produção. Muito interessantes têm sido as cronologias de funcionamento apuradas pelas intervenções de arqueologia urbana. Embora haja evidência artefactual de uma ocupação sob a actual área urbana que remonta pelo menos ao século II (MORÁN, 2006; ARRUDA, 2007) a laboração documentada destas unidades remete sobretudo para épocas mais tardias, prolongando-se até ao século VI (RAMOS *et al.*, 2006; RAMOS *et al.*, 2007), ou seja, até momentos claramente pós-romanos, à semelhança do que tem sido documentado em outras áreas da actual Andaluzia (BERNAL, 2003, 2008). Finalmente, registre-se que recentes escavações realizadas na rua 25 de Abril, infelizmente em circunstâncias bastante limitadas, permitiram confirmar de um modo mais claro a existência de produção local de ânforas, justamente nesta fase mais tardia (dados presentemente em estudo por Sandra Brazuna, Iola Filipe e pelo autor destas páginas). Este fabrico de ânforas em Lagos, junto às próprias unidades de processamento do pescado, coloca várias questões relevantes, uma vez que terá decorrido na mesma altura em que o grande centro oleiro do Martinhal, em Sagres, se encontrava em laboração (SILVA, COELHO-SOARES, 1990; BERNARDES, 2008). Assim, a hipótese que em outro lugar alvitrei de ser esta olaria a principal abastecedora dos núcleos lacobrigeneses (FABIÃO, 2004) deverá, no mínimo, ser matizada.

O panorama geral das pescarias lusitanas em época romana foi valorizado por distintos autores. Por Mesquita de Figueiredo, ainda no século XIX, ou por Veiga Ferreira, já na década de 60 do século XX (FIGUEIREDO, 1898, 1906; FERREIRA, 1966-67 & 1968), ambos fortemente apoiados nos dados praticamente inéditos de Estácio da Veiga (VEIGA, 1904, 1905, 1910). Mas, na realidade, não parece ter havido uma plena consciência da sua imensa relevância económica, apesar das reiteradas menções à sua importância na Antiguidade. Neste particular, resulta interessante verificar que na grande obra de síntese consagrada por Jorge de Alarcão ao domínio romano no espaço hoje português, o tema da exploração dos recursos marinhos ocupa somente meia página, sem direito sequer a um mapa da distribuição dos sítios com cetárias (ALARCÃO, 1973); mesmo na segunda edição revista da obra, dado à estampa dez anos mais tarde, o tema não conheceu maior relevo (ALARCÃO, 1983). Somente em outra síntese elaborada por Rui Centeno encontramos uma primeira tentativa de cartografia sistemática das actividades marinhas de época romana (CENTENO, 1983: figura na p. 190). Centeno estendeu mesmo a sua atenção a outros núcleos situados a Norte, já fora da área da *Lusitania*, devidamente cartografados, sublinhando assim a extensa solidariedade atlântica destas actividades.

Para lá destas evidências directas, bem se poderá dizer que os primeiros indícios da especial importância da exploração dos recursos marinhos na economia da *Lusitania* surgiram com a moderna identificação dos centros oleiros do vale do rio Sado. De facto, depois da publicação da olaria do Pinheiro, Alcácer do Sal (ALMEIDA, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1971), iniciou-se o processo de valorização das antigas notícias sobre olarias na bacia do rio Sado, de há muito localizadas e conhecidas, mas consideradas ou como áreas portuárias ou como locais onde se fabricaram cerâmicas para transportar outros artigos alimentares (CORREIA, 1928, 1930). Naturalmente, à medida que foi crescendo o volume da informação, ganhou terreno, paralelamente, a consciência de que a actividade de produção de preparados de peixe adquirira uma dimensão considerável. Acrescente-se que, anteriormente a esta data, se tinham escavado as primeiras olarias produtoras de ânforas na Lusitânia, ambas no Algarve (VASCONCELLOS, 1898; ROCHA, 1895-1896) (Fig. 3). Contudo, não foi dada especial relevância à primeira, a de S. Bartolomeu de Castro Marim, e a segunda, de S. João da Venda, nem sequer foi correctamente identificada (FABIÃO & ARRUDA, 1990; FABIÃO, 2004, com referências e comentários).

Ao longo das últimas décadas, novos locais foram sendo acrescentados aos tradicionais, do baixo Sado e do Algarve. Em primeiro lugar, o estuário do Tejo, onde se identificaram as primeiras cetárias na área urbana de Lisboa (AMARO, 1990, 1994) e em Cacilhas, na margem sul (BARROS & AMARO, 1984-1985). Curiosamente, ao mesmo tempo que se iniciava o processo de identificação de novos complexos na área urbana de Setúbal (SILVA & COELHO-SOARES, 1980-1981; SILVA, COELHO-SOARES & SOARES, 1986). Deste modo, ganhou forma a ideia de que os estuários do Sado e do Tejo poderiam ter vivido situações similares, com grandes complexos de processamento do pescado, instalados em ambas as margens, abastecidos por centros oleiros onde se fabricaram ânforas para o transporte destes artigos, instalados a montante, nas margens dos rios. Foi na sequência destas observações que Johnathan Edmondson realizou a sua investigação, (EDMONDSON, 1987). Acrescente-se que a multiplicação das escavações nestas áreas urbanas, cada vez mais intensa nos últimos anos, foi proporcionando novas informações, embora estejamos ainda longe de uma total compreensão das dinâmicas, cronologias e volume das produções. Seja como for, coube a Edmondson a primazia de reconhecer e enfatizar a relevância da exploração de recursos marinhos, como uma das mais importantes actividades económicas da antiga província romana.

Paralelamente, desenvolveu-se a escavação da Ilha do Pessegueiro, na costa alentejana, que revelou um novo centro de produção até então desconhecido (SILVA & SOARES, 1993). O seu estudo possibilitou a reapreciação de antigos dados conhecidos na área urbana de Sines (DIOGO & COSTA, 1996), que novas escavações no local melhor esclareceram (SILVA & COELHO-SOARES, 2006), acrescentando-se, assim, uma nova área de produção de preparados de peixe ao universo já conhecido. O caso de Sines tem-se revelado particularmente interessante por patentear também um peculiar modelo de exploração dos recursos, com pequenas unidades de processamento do pescado fisicamente próximas do forno que provavelmente fabricou as ânforas usadas para o seu transporte. Trata-se de uma concentração espacial das duas actividades: de fabrico cerâmico e de preparados de peixe, semelhante à situação comentada para Lagos e, provavelmente, para outros sítios do Algarve, como a Quinta do Lago (ARRUDA; FABIÃO, 1990). Infelizmente, não temos qualquer ideia sobre o tipo de aglomerado que existiria em Sines, na época romana. Quanto à localização das unidades com cetárias, tanto na Ilha do Pessegueiro, como em Sines, temos uma situação que se aproxima mais do modelo de instalação conhecido para o Algarve, com os centros produtores localizados na orla marítima, sem as implantações estuarinas do Sado e Tejo. Não deixa de ser assinalável, porém, que a área de Sines tenha mantido em outros períodos históricos as suas funções portuárias, tirando partido da abrigada enseada ali existente.

Também no Algarve se foram desenvolvendo as investigações, sobretudo nos últimos anos, que revelaram novos centros de produção de preparados de peixe, enquanto a reavaliação de antigas notícias permitiu ir acrescentando o número de centros produtores de ânforas utilizadas no transporte destes artigos. Conhecemos novos centros oleiros, como o da Manta Rota (VIEGAS, 2006), o de Lagos (dados em estudo) e o de Martinhal (BERNARDES, 2008) as já mencionadas grandes concentrações de unidades de processamento de peixe de Lagos ou o complexo da Praia da Luz, na mesma região, com ocupação tardia, a merecer mais detalhado estudo (PARREIRA, 1997). Isto é, enquanto se acrescentavam novas áreas até então desconhecidas ao panorama das pescarias de época romana, a dinâmica das investigações ia multiplicando as observações nas zonas já anteriormente conhecidas.

A este respeito, é relevante registar as novas investigações nas costas junto ao estuário do Sado, com a escavação do complexo do Creiro (SILVA & COELHO-SOARES, 1987); e uma reavaliação global de Tróia, que sublinhou bem a sua extraordinária relevância no contexto dos centros produtores de preparados de peixe do Mundo Antigo (ÉTIENNE, MAKAROUN & MAYET, 1994). Também o estuário do Tejo e seus prolongamentos atlânticos revelaram novos e surpreendentes dados. Desde logo, a extensa frente de produção de preparados de peixe de Lisboa (AMARO, 1994; BUGALHÃO, 2001), o pequeno complexo de Cascais (CARDOSO, 2006) e, sobretudo, o grande complexo da Casa do Governador da Torre de Belém, de dimensão inusitada (FABIÃO *et al.*, 2008; FILI-

PE & FABIÃO, no prelo; FABIÃO, 2009), sobretudo atendendo a que se encontra nas proximidades de um centro urbano que teve na exploração dos recursos marinhos uma das suas grandes actividades económicas.

Finalmente, uma vez mais o mundo da olaria veio trazer novidades ao panorama da exploração dos recursos marinhos na época romana, sobretudo com a identificação do centro produtor do Morraçal da Ajuda, em Peniche. De momento, pouco mais há do que notícias preliminares (CARDOSO & RODRIGUES, 2005; CARDOSO, RODRIGUES & SEPÚLVEDA, 2006), faltando ainda um tratamento sistemático das diferentes formas produzidas, mas não deixa de ser interessante notar que havia já antigas notícias de cetárias encontradas justamente na área de Peniche (BERNARDO, 1966), embora os moldes em que foi dada a notícia preliminar da sua identificação dessem lugar a múltiplas dúvidas e interrogações – por esta razão, as distintas cartografias dos locais com cetárias das costas hoje portuguesas nem sempre incluíam a actual península de Peniche. Também aqui a instalação de eventuais unidades de produção de preparados de peixe apresentaria uma situação francamente litoral, sobre uma ilha, já que seria essa a condição de Peniche na Antiguidade. A existência de uma marca nominal com *tria nomina* (*L. Arveni Rustici*), associada a um forte hábito epigráfico, revela a origem romana desta produção, e torna também relativamente fácil de rastrear as ânforas do Morraçal da Ajuda na sua dispersão pelo mundo romano.

Assim, pode dizer-se que conhecemos hoje um multifacetado panorama de exploração dos recursos marinhos em época romana. No entanto, conhecemos pior os contornos precisos de que se revestiu a sua instalação e desenvolvimento.

Em primeiro lugar, permanece em aberto o esclarecimento das origens da exploração dos preparados piscícolas no extremo ocidente peninsular. É um facto que todas as áreas onde se documenta a actividade em época romana, designadamente o Algarve, o baixo Sado e o baixo Tejo, apresentam também significativos indícios de presenças orientalizantes, não faltando mesmo materiais pré-romanos na própria Ilha do Pessegueiro. Pode até acrescentar-se que em alguns lugares onde temos informação de pescarias e exploração salina em épocas históricas, mas onde não se documentaram ainda vestígios de exploração atribuíveis ao período romano, é também notória a presença de instalações de feição oriental, nomeadamente, no baixo Mondego – para todas estas referências v. ARRUDA, 1999-2000. No entanto, até à data, não foram identificados quaisquer vestígios concretos de que estas actividades possam remontar a épocas tão distantes. Nem sequer a nítida influência da numária gaditana sobre as emissões monetárias de **Bevipo*, o aglomerado indígena que antecedeu a romana *Salacia*, hoje Alcácer do Sal (FARIA, 1992), pode ser considerado um argumento totalmente válido, uma vez que a reprodução da iconografia não significa necessariamente réplica das actividades económicas, até porque o atum não seria fácil de capturar naquelas paragens.

Também nada indica que em época romana republicana se encontrassem já em exploração intensa os pesqueiros atlânticos, embora venha crescendo a evidência de fabrico de ânforas nessa fase, na *Lusitania*, como já se referiu. Contudo, não conhecemos até à data sítios arqueológicos com cetárias associadas a uma qualquer exploração tão antiga. Somente a partir da primeira metade do séc. I d. C. dispomos de informações mais concretas para o início da laboração em larga escala, já com relevante fabrico de ânforas destinadas ao seu transporte, tanto no baixo Sado, como no estuário do Tejo ou em Peniche. Mas no Algarve nada indica que as diversas unidades conhecidas possam ter cronologias tão antigas como a recentemente identificada na Meia Praia (BARGÃO, 2008), o que não deixa de ser peculiar, uma vez que se trata da área geográfica mais próxima da baía gaditana e da Andaluzia ocidental, onde tantos vestígios de laboração antiga se conhecem (LAGÓSTENA, 2002; FABIÃO, 2002).

As informações mais concretas são as disponíveis para o baixo Sado, a vários títulos interessantes. De facto, observa-se que no sítio do Creiro, sobre o mar, já no exterior do estuário do Sado, foi instalada uma unidade de produção de preparados piscícolas, que laborou por um curto lapso temporal (SILVA & COELHO-SOARES, 1987). Pela sua localização geográfica e topografia, não creio que seja aceitável supor que o local pudesse estar associa-

do a uma *villa*, como recentemente foi sugerido (ÉTIENNE & MAYET, 2002). Sobre um esporão rochoso, sobranceiro à praia, o núcleo do Creiro constituiria sem qualquer dúvida uma unidade isolada destinada exclusivamente à produção de preparados de peixe. Nessa mesma época, na área urbana de Setúbal, no Largo da Misericórdia, funcionava uma olaria que produzia ânforas e que também conheceu uma existência efémera (SILVA, 1996). Na segunda metade do séc. I d. C., na área onde anteriormente se encontrava a olaria foram instaladas unidades de produção com cetárias, designadamente na Travessa Frei Gaspar e Praça do Bocage (SILVA & COELHO-SOARES, 1980-1981; SILVA, COELHO-SOARES & SOARES, 1986), na mesma altura em que florescia a actividade em Tróia, na outra margem do estuário do Sado. A conjugação destes dados poderá sugerir a existência de um primeiro momento, relativamente curto, onde pequenas unidades de produção laboravam, recorrendo a algumas olarias já activas para obter os contentores necessários à exportação dos seus artigos; recorde-se que tanto no Pinheiro como em Abul (MAYET & SILVA, 1998, 2002) existem indícios de uma fase de laboração de cronologia compatível com estes primeiros momentos. Posteriormente, a dinâmica da produção gerou uma concentração em grandes complexos e a actividade oleira retirou-se para zonas mais interiores no estuário, para implantações como a Quinta da Alegria (a mais próxima da foz do rio, mas não propriamente na zona da cidade histórica de Setúbal), Herdade do Pinheiro ou Abul, para citar apenas os centros oleiros que terão fabricado ânforas desde épocas mais precoces (COELHO-SOARES & SILVA, 1979; MAYET & SILVA, 1998, 2002). Provavelmente, só mesmo nesta época se desenvolveu um centro urbano na foz do Sado, a *Caetobrix* de Ptolemeu, significativamente não referenciada por autores mais antigos, como Estrabão, Mela ou Plínio. Embora tradicionalmente se valorize o sufixo do topónimo para sublinhar a sua hipotética origem pré-romana, não há dúvida de que a única citação que dele temos é tardia e não se documentam níveis de ocupação imediatamente pré-romanos na área urbana de Setúbal, ainda que ali se encontrem vestígios de remotas ocupações proto-históricas (SOARES & SILVA, 1986). Parece aceitável supor que, durante o período romano, se assistiu ao progressivo crescimento destes núcleos de estuário (Setúbal / Tróia), enquanto o aglomerado de *Salacia* (Alcácer do Sal) decaía de importância, como já foi sugerido (DIOGO & FARIA, 1990).

Assim, é bem possível que o povoamento do estuário do Sado à data da conquista romana estivesse polarizado entre povoados de altura, na zona de Palmela, nomeadamente, Chibanes (SILVA & SOARES, 1997), e um grande aglomerado ribeirinho interior, **Bevipo*, mais tarde renomeado *Salacia*, provavelmente, mais vocacionado para ser a “porta de acesso” ao interior e aos seus recursos agro-pecuários e mineiros, do que propriamente envolvido em fainas pesqueiras. Não deixa de ser curioso notar que, em épocas históricas, se viveram situações análogas, com uma oscilação de relevância entre Alcácer e Setúbal, ao sabor de diferentes conjunturas. Por exemplo, em época islâmica, de novo o baixo Sado se encontrava dominado por um povoamento instalado em zonas com boas condições de defesa, Palmela, sobre o estuário, e Alcácer do Sal, no interior, com os antigos aglomerados de Setúbal e Tróia praticamente abandonados ou reduzidos a pobres núcleos piscatórios, sem efectiva relevância económica. Posteriormente, Setúbal cresceu em boa parte minimizando a relevância regional de Alcácer.

Já no que diz respeito ao Tejo, a situação é mais confusa. Desde logo, não parecem registar-se relevantes oscilações no povoamento, uma vez que o núcleo de *Olisipo* permanece desde época pré-romana até aos nossos dias como o mais notório lugar central. É bem provável que tenha tido também uma fase precoce de produção de preparados de peixe, de fins do século I a.C. a inícios da centúria seguinte, embora nada de muito sólido se conheça. A existência de materiais desta época associados à unidade de produção de Cacilhas, na margem esquerda do Tejo, ainda que recolhidos em condições pouco claras (BARROS & AMARO, 1984-1985; SANTOS *et al.*, 1996), bem como outros no próprio subsolo de Lisboa, igualmente pouco seguros para documentar uma real fase antiga de produção (BUGALHÃO, 2001; MORAIS & FABIÃO, 2007), constituem os dados disponíveis. Uma notória concentração, registada a partir do séc. I d.C. na área urbana de *Olisipo* poderia sugerir um fenómeno análogo ao verificado no baixo Sado, com uma eventual primeira fase de unidades de menor expressão, progressiva-

mente anulada pelo fenómeno da concentração. Contudo, a grande unidade da Casa do Governador da torre de Belém (FABIÃO *et al.*, 2008; FILIPE & FABIÃO, no prelo) veio complexificar bastante este panorama, de si, mais sugerido que fundamentado. Quanto às olarias, estão também bem documentadas, sobretudo na margem esquerda, a montante, desde o grande complexo de Porto dos Cacos, Alcochete, passando por Garrocheira, Benavente, ambas activas no séc. I d.C., até ao centro oleiro da Quinta do Rouxinol, Seixal, de laboração tardia (AMARO, 1990; RAPOSO & DUARTE, 1992; RAPOSO, SABROSA & DUARTE, 1995). Recentemente, foi identificado novo centro oleiro, em local que conserva o expressivo topónimo de Olho da Telha, no concelho de Palmela, mas na realidade bastante próximo do Porto dos Cacos, Alcochete, pertencendo, portanto, ao complexo das olarias do baixo Tejo. Estas novas “descobertas” sublinham bem que estamos ainda a lidar com um panorama bastante incompleto, como já se percebeu, por exemplo, quando se ensaiou a caracterização química das ânforas do núcleo da Rua dos Correeiros, em Lisboa (RAPOSO *et al.*, 2005). Ao que parece aquela olaria laborou somente em época tardia, mas a informação é ainda escassa (FERNANDES & SANTOS, 2008).

Para as restantes áreas da *Lusitania*, pode dizer-se, com a já mencionada excepção de Lagos, o panorama apresenta-se ainda mais confuso, com inúmeras lacunas de informação.

De um modo geral, considera-se de há muito adquirido o conhecimento dos principais ritmos de exploração e exportação. Para lá dos aspectos iniciais, a produção intensiva de preparados de peixe e a sua exportação parecem estar perfeitamente consolidados e florescentes durante os séculos I e II. Sobretudo através do estudo das ânforas, regista-se uma evidente perturbação nos fluxos de exportação, que terá tido consequências na própria produção dos preparados de peixe, na viragem do século II para o III d.C. (FABIÃO & CARVALHO, 1990; FABIÃO, 2004, com referências). As recentes investigações em Tróia (ÉTIENNE, MAKAROUN & MAYET, 1994) e nas olarias sadinas (MAYET & SILVA, 1998, 2002), confirmam este panorama, permitindo mesmo, pela primeira vez, estabelecer a relação entre o declínio da produção de ânforas e transformações nas unidades de processamento dos preparados de peixe, de idêntico sinal. A situação de refluxo parece ter sido generalizada, entenda-se, e terá afectado seguramente o baixo Sado e também o baixo Tejo, sendo menos clara a situação no Algarve. Em outro lugar, relacionei estes dados com a peculiar conjuntura do Estreito de Gibraltar, nesse período, que teria tido consequências para a navegação, impedindo a normal continuação das exportações lusitanas, sugerindo ainda que outras convulsões políticas poderiam também ter influenciado os ritmos da produção (FABIÃO, 2004). Devemos, contudo, manter em aberto outras hipóteses explicativas. No âmbito de um colóquio realizado em 2004, Lucas De Blois questionou-me directamente sobre a possibilidade de ter sido a grande peste do reinado de Marco Aurélio a causar estas extensas perturbações. Embora nunca me tivesse ocorrido tal possibilidade, não deixa de ser pertinente, sobretudo atendendo ao padrão conhecido de outras grandes epidemias históricas. Em primeiro lugar, a difusão por via marítima, com seus efeitos devastadores em áreas portuárias. Se a epidemia teve, de facto, grande extensão e virulência, o sector da produção dos preparados de peixe não deixaria de ser particularmente vulnerável. Depois, pelos efeitos sobre quaisquer actividades que requeiram abundante mão-de-obra. A brusca quebra demográfica far-se-ia sentir. Uma vez mais, atendendo a outras situações históricas, a recomposição demoraria cerca de duas a três gerações. E é justamente isso que se verifica, com uma significativa retoma das actividades ainda durante o primeiro terço do século III. Parecendo verosímil, esta hipótese acaba por esbarrar na evidente dificuldade que teremos para a testar e confirmar. Mas é sem dúvida um tema a não perder de vista.

Durante o século III assiste-se a uma retoma da exploração e exportação, que alcança um evidente florescimento ao longo da centúria seguinte. Não sabemos até quando teria continuado este sistema de exploração de recursos marinhos, produção e exportação de preparados de peixe, mas parece evidente que, até aos finais do século V d. C. todo o sistema permaneceria activo e, como já se comentou, recentes dados da cidade de Lagos parecem demonstrar que mesmo na primeira metade do século VI esta importante actividade económica continuava (RAMOS

et al., 2006, 2007). Em outro lugar tive já oportunidade de sublinhar o conjunto de informações que sugerem igual longevidade para a exploração de recursos marinhos nos baixos Tejo e Sado (FABIÃO, 2009).

No entanto, para lá destas continuidades, parece evidente que se terá verificado uma transformação profunda nos hábitos alimentares das populações do ocidente peninsular em época indeterminada, mas genericamente situável da Alta Idade Média. O silêncio das fontes literárias islâmicas sobre os temas relacionados com a pesca é total e também não encontramos indícios de uma qualquer importante actividade de fabrico de preparados de peixe, menos ainda da sua exportação. Mas, quando a conquista cristã chega às áreas meridionais do sudoeste da Península Ibérica, no séc. XIII, a exploração do sal prosseguia, como se documenta pelas referências nas cartas de foral de Silves, Faro, Tavira e Loulé (RAU, 1951, p. 43). Sublinhe-se, porém, que algo mudara profundamente, uma vez que não temos informação de que houvesse ocupação romana em todos estes locais, com a excepção de Faro. Diria, pois, que continuaria alguma actividade pesqueira, bem como a salicultura, cuja relevância se não esgota no abastecimento à produção de preparados de peixe, mas as profundas transformações sentidas nas redes de povoamento, seguramente, teriam reflexos notórios nos modos de exploração. Em suma, se persistia o aproveitamento dos recursos marinhos, as modificações implicaram necessariamente rupturas, pelo que teremos de admitir ser a realidade medieval algo de novo, que não uma directa herança do passado romano. O mesmo se poderá dizer para o baixo Sado, uma vez que o grande complexo de Tróia se encontrava abandonado. Existem ali alguns materiais islâmicos que sugerem uma frequência do antigo aglomerado, mas seguramente num contexto distinto – provavelmente, tratar-se-ia de uma utilização por simples pescadores que aproveitavam as imponentes ruínas do antigo aglomerado –; e a área onde posteriormente se ergueu Setúbal estaria também virtualmente abandonada, admitindo-se uma análoga utilização sazonal por grupos de pescadores. Sublinhe-se que estas observações não são contraditórias com a ideia atrás expressa de que se poderá procurar indagar das antigas pescarias pelo elenco dos locais medievais e modernos onde tais práticas se desenvolveram. O que pretendemos dizer é que os locais que se prestam à instalação com finalidades relacionadas com a exploração dos recursos marinhos são basicamente os mesmos, condicionados que estão pela geomorfologia; tal não significa que existam longuíssimas continuidades nessas práticas, que atravessassem os séculos, desde a Antiguidade.

Concluirei, sublinhando algumas ideias que me parecem relevantes. Em primeiro lugar, o desconhecimento que ainda temos sobre as origens da pesca e conservação em grande escala no extremo ocidente peninsular. O facto de serem mais ou menos concordantes as informações que apontam para um desenvolvimento destas actividades ainda durante a primeira metade do séc. I d. C., designadamente no reinado de Cláudio, justamente um período que marca a afirmação da frente atlântica do Império Romano, com a conquista da *Britannia*; e o desconhecimento que temos sobre a época em que todo este sistema de exploração intensiva de recursos marinhos entrou em colapso e desapareceu, desaparecendo também com ele os hábitos alimentares que lhe estavam associados: é importante sublinhar que não subsiste em nenhuma área do ocidente mediterrâneo qualquer artigo alimentar que se possa considerar “herdeiro” dos condimentos de peixe, do tipo *garón*, *liquamen* e similares.

Por ausência de investigações concretas, estamos mal informados sobre as espécies capturadas, volume de capturas e eventuais práticas selectivas com as mesmas relacionadas. Mas, como bem sublinhou Edmondson, parece aceitável supor que a exploração concomitante do peixe salgado e dos condimentos de peixe constituiu uma forma expedita de obter um mais amplo rendimento desta actividade pesqueira (EDMONDSON, 1987). Por isso, quando falamos de exploração de recursos marinhos, estamos a tratar de diversos artigos, com características e preços igualmente distintos. Como em outros lugares se tem sugerido, esta variedade de artigos alimentares poderá constituir uma das chaves para a explicação das variações morfológicas patenteadas pelas ânforas lusitanas.

4. AS ÂNFORAS

“Os cais de embarque, rio acima, estão marcados ainda pelo amontoado de ânforas partidas rebordando os desaparecidos pontões. Oficinas de oleiros e fornos (...) perduram perto da corrente, como anexos das villae rusticae”
Vergílio Correia, Alcácer do Sal (*esboço de uma monografia*),
Coimbra, 1930 [1972], p. 130.

Recentemente, tive ensejo de ensaiar uma síntese dos conhecimentos disponíveis sobre a produção de ânforas na área da antiga província romana da *Lusitania*, pelo que remeto os interessados no aprofundamento do tema para essas páginas, com abundantes referências bibliográficas (FABIÃO, 2004, 2008). Interessará aqui somente sublinhar algumas ideias gerais.

Tal como aconteceu com os sítios arqueológicos com cetárias, também o conhecimento de antigos centros oleiros que fabricaram ânforas no extremo ocidente peninsular é relativamente antigo, remontando ao século XIX. Dessa época, chegam-nos as informações sobre centros oleiros escavados no Algarve, por Leite de Vasconcellos (1898) e Santos Rocha (1895-1896), bem como várias informações sobre fornos e locais de grandes aglomerações de fragmentos de cerâmica nas margens do Sado (CORREIA, 1928, 1930), ainda que nem sempre os relacionassem com centros oleiros, ou se associasse à actividade oleira a exploração dos recursos marinhos, como expressivamente se pode ver pela citação que escolhi para epígrafe. Contudo, esta observação de Virgílio Correia não estará talvez totalmente destituída de sentido, uma vez que se afigura necessário distinguir entre função dos contentores e contexto social e económico da sua produção. Isto é, as ânforas poderiam de facto destinar-se a transportar preparados de peixe, mas os proprietários das olarias onde se fabricavam estarem de facto mais ligados ao mundo da exploração agro-pecuária.

Durante a primeira metade do século XX não se verificou qualquer incremento do interesse dos investigadores por este tema da economia romana, como aliás também não aconteceu em outras áreas do antigo Império. Um balanço geral dos conhecimentos foi apresentado aquando da primeira publicação do centro oleiro do Pinheiro, assumindo, afinal, contornos de uma mera enumeração de locais onde se documentara a presença de fornos, sem outras considerações sobre as suas finalidades e cronologias (ALMEIDA, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1971). Somente no último terço do século XX se verificou um efectivo crescimento do interesse da investigação por este tema. A mesa-redonda realizada em Conímbriga em 1988 constituiu um expressivo exemplo desta inflexão no rumo das investigações, apresentando uma boa síntese dos conhecimentos até então adquiridos (ALARCÃO & MAYET, 1990). Sublinhe-se, porém, que o simples facto de ter sido possível realizar a mesa-redonda, reunindo um leque diversificado e amplo de investigadores com distintas comunicações sobre o tema, demonstra que algo se foi desenvolvendo ao longo das décadas de 70 e 80 do século passado. Da mesa redonda de Conímbriga para cá, as principais novidades consistem no desenvolvimento do projecto luso-francês no Sado, que incidiu na escavação de dois importantes centros oleiros (MAYET, SCHMITT & SILVA, 1996; MAYET & SILVA, 1998; MAYET & SILVA, 2002), acompanhado das investigações na Herdade do Zambujal, Palmela, também na área do estuário do Sado (FERNANDES, 1992, 1993; FERNANDES & CARVALHO, 1996); no prosseguimento dos estudos no baixo Tejo (AMARO, 1990; RAPOSO & DUARTE, 1992; RAPOSO, SABROSA & DUARTE, 1995; BUGALHÃO, 2001; RAPOSO *et al.*, 2005) e na recente identificação de uma nova área de fabrico de ânforas em Peniche (CARDOSO, GONÇALVES & RODRIGUES, 1998; CARDOSO & RODRIGUES, 2000, 2002). O Algarve, área onde mais precocemente se identificou a actividade de fabrico de ânforas, como houve ensejo de comentar, tem revelado também interessantes novidades, quer pela continuidade de reavaliação de antigas notícias e dados, quer pela investigação em sítios particularmente relevantes, como o grande centro oleiro do Martinhal (BERNARDES, 2008),

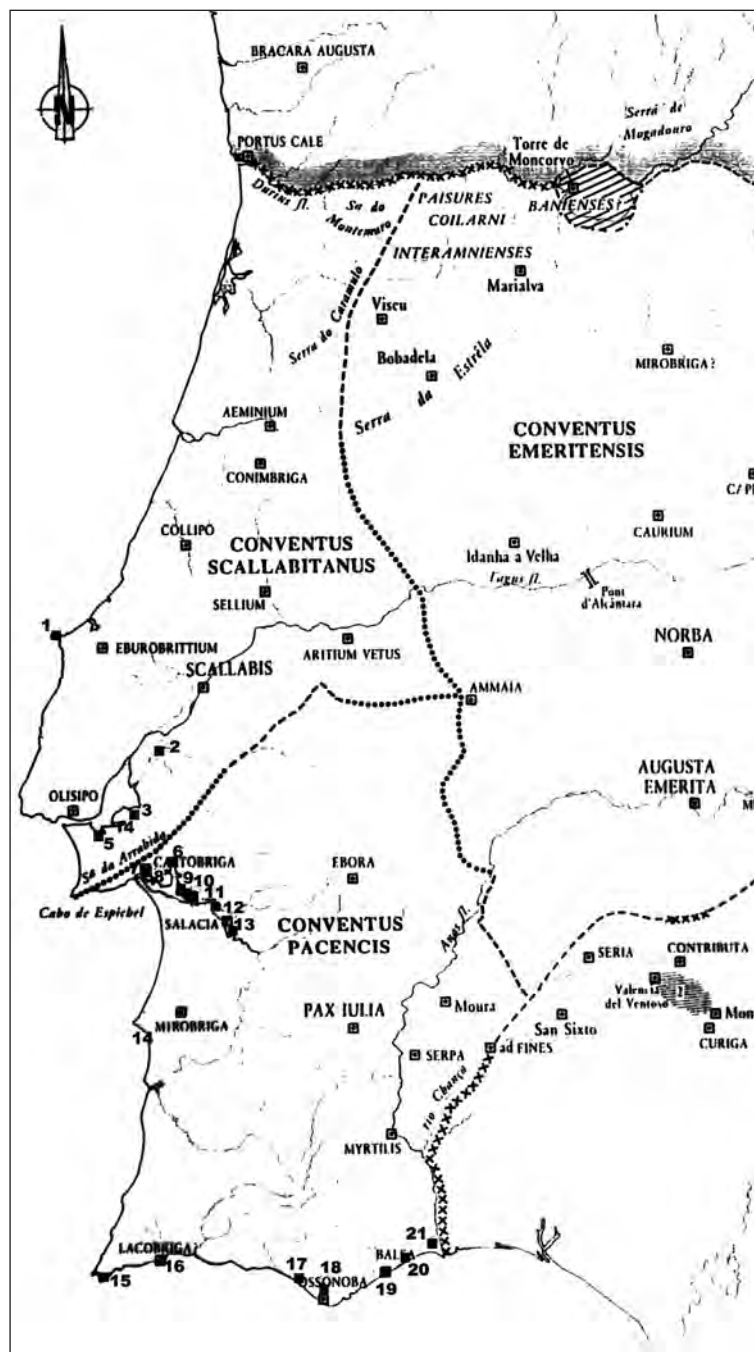


Fig. 3 – Fornos de ânforas da *Lusitania*. Base cartográfica: Mapa da Lusitânia definido no Colóquio *Les villes de Lusitanie: hiérarchies et territoires* (Talence, 1990).

De norte para sul: 1 – Morraçal da Ajuda, Peniche. 2 – Garroucheira, Benavente. 3 – Porto dos Cacos, Alcochete. 4 – Olho da Telha, Palmela. 5 – Quinta do Rouxinol, Seixal. 6 – Zambujalinho, Palmela. 7 – Largo da Misericórdia, Setúbal. 8 – Quinta da Alegria, Setúbal. 9 – Pinheiro, Alcácer do Sal. 10 – Abul, Alcácer do Sal. 11 – Xarrouqueira / Vale da Cepa, Alcácer do Sal. 12 – Bugio, Alcácer do Sal. 13 – Barrosinha, Alcácer do Sal. 14 – Sines. 15 – Martinhal, Vila do Bispo. 16 – Lagos. 17 – Quinta do Lago, Loulé. 18 – S. João da Venda, Loulé. 19 – Torre de Aires, Tavira. 20 – Manta Rota, Vila Real de Santo António. 21 – S. Bartolomeu de Castro Marim, Vila Real de Santo António.

quer sobretudo pela multiplicação de intervenções de arqueologia de contrato, pontualmente divulgadas, ainda que a nível preliminar, nos Colóquios de Arqueologia do Algarve, promovidos pela autarquia de Silves e pontualmente publicadas na revista *Xelb*.

No essencial, pode dizer-se que observamos dois tipos de situações: uma significativa produção de contentores cerâmicos nas áreas a montante dos estuários do Tejo e do Sado, relacionada com as concentrações de núcleos de produção de preparados de peixe na foz de ambos rios; a eventualidade de se verificar um padrão de implantação análogo em alguns dos centros oleiros algarvios, por exemplo, S. Bartolomeu de Castro Marim ou S. João da Venda; e seguramente um distinto enquadramento para outras olarias do Algarve, como Manta Rota, Quinta do Lago ou Martinhal, para Sines e para o Morraçal da Ajuda, Peniche, todas implantadas sobre o litoral. Tanto no baixo Tejo como no Sado, a produção de contentores cerâmicos poderá ter-se iniciado ainda nos fins do séc. I a.C., com um notório incremento na centúria seguinte e alguns dos centros oleiros estariam ainda em funcionamento no século V d.C. No caso concreto do Algarve, a situação afigura-se menos clara, parecendo ser a fase mais tardia aquela em que se verifica um mais substancial incremento da produção. Um dos mais interessantes temas surgido nos últimos anos é o da continuidade para lá do século V da produção e exportação de preparados de peixe. A favor desta ideia há vários indicadores alguns de há muito identificados (FABIÃO, 1996), mas outros verdadeiramente novos, como os fornecidos pelo estudo das unidades das ruas Silva Lopes e 25 de Abril, em Lagos (RAMOS *et al.*, 2006, 2007; RAMOS, 2008) e dos Armazéns Sommer, em Lisboa (PIMENTA & FABIÃO, no prelo). Em Lagos foram escavadas unidades de produção de preparados de peixe, em cujos níveis de abandono se encontraram abundantes ânforas de fabrico local, o que, a um tempo, documenta a continuidade da produção de preparados de peixe e dos contentores usados na sua exportação. Nos Armazéns Sommer, em Lisboa, escavaram-se níveis arqueológicos do séc. VI e talvez mesmo da centúria seguinte com um assinalável número de ânforas lusitanas, em quantidade tal que exclui qualquer possibilidade de se poder tratar de material residual. Resta saber qual poderia ser o centro oleiro que se mantinha em actividade, uma vez que o grosso dos materiais identificados corresponde a ânforas do chamado tipo Almagro 51 a-b, cuja produção não se encontra documentada nos centros conhecidos do baixo Tejo (PIMENTA & FABIÃO, no prelo).

Uma outra via relevante para o estudo deste tema é a do sistemático rastreio e inventário das ânforas lusitanas tardias em contextos arqueológicos de paragens distantes. Neste domínio, está praticamente tudo por fazer, mas vão-se registando ocorrências em distintos lugares. Apenas a título de exemplo, assinala-se a presença de uma ânfora de tipo e proveniência indeterminadas recolhido em Cartago num estrato dos inícios do séc. VI (FULFORD & PEACOCK, 1984: p. 128, Fig. 38, nº 52). Pelo desenho e pela descrição do fabrico, diria que se trata de um exemplar do chamado tipo Sado 3, registado na fase mais tardia da olaria do Pinheiro (MAYET & SILVA, 1998), mas conhecido também em níveis tardios de Santarém (ARRUDA *et al.*, 2006). Naturalmente, quando foram publicados os resultados das escavações britânicas de Cartago, a forma era ainda desconhecida, mas trata-se de um simples exemplo do quando ainda falta fazer para a identificação da dispersão dos artigos lusitanos.

Embora seja evidente a associação espacial entre olarias e locais com cetárias e pareça incontestável que boa parte dos contentores fabricados se teriam destinado ao transporte de preparados piscícolas, não é seguro que estes centros oleiros dependessem exclusivamente das actividades de exploração de recursos marinhos. Esta opinião algo controversa, que o autor destas linhas vem defendendo, contra a ideia proposta pelos investigadores do projecto luso-francês do Sado, poderá revestir-se de especial interesse na hora de avaliar o modelo social e económico em que estes núcleos se terão enquadrado. Voltarei a este tema.

Quanto às formas de ânforas propriamente ditas, regista-se alguma afinidade nos ciclos produtivos do Sado e do Tejo, ainda que haja formas fabricadas no primeiro que não estão documentadas no segundo. Uma vez mais, neste particular, o Algarve assume alguma singularidade, talvez explicável por serem genericamente mais tardios os seus centros oleiros. De um modo geral, verifica-se uma primeira fase de laboração, em que se fabricou sobre-

tudo um contentor de transporte de preparados de peixe, a ânfora do tipo Dressel 14 / Beltrán IV / Peacock; Williams 20-21, a par de outras formas, de menor expressão, talvez destinadas a outros conteúdos. A produção desta forma terá arrancado ainda em época júlio-cláudia no baixo Sado (MAYET, SCHMITT & SILVA, 1996; MAYET & SILVA, 1998; MAYET & SILVA, 2002), talvez também no baixo Tejo, ainda que neste último os dados não sejam tão claros (FABIÃO, 2004). No Morraçal da Ajuda, Peniche, a produção parece igualmente datável desta época (CARDOSO, GONÇALVES & RODRIGUES, 1998; CARDOSO & RODRIGUES, 2000, 2002) e no Algarve nada indica que tão precocemente se tenham fabricado ânforas – ainda que não seja de todo claro que cronologia se deverá atribuir a um núcleo como o de S. Bartolomeu de Castro Marim (FABIÃO, 2002, 2004). A partir do século III, diversifica-se a morfologia das ânforas, que tendem a tornar-se cada vez menores e de bocais mais estreitos, o que poderá significar alterações na natureza do produto transportado (FABIÃO & CARVALHO, 1990). Os grandes centros dos baixos Sado e Tejo continuam em muitos casos em laboração, mas novos centros surgem de novo, sobretudo na área algarvia (FABIÃO & CARVALHO, 1990; FABIÃO, 2002, 2004). O centro oleiro de Peniche já não existiria e o de Sines não é seguro que pudesse estar activo em época anterior ao século III.

Deve sublinhar-se que, apesar de haver um conhecimento mais ou menos consolidado das principais formas de ânforas produzidas nas olarias lusitanas, muito haverá ainda a fazer com aquilo a que poderemos chamar os tipos minoritários, ou simplesmente mal caracterizados. Esta observação é válida tanto para as fases iniciais da produção, como para as mais tardias, como em outro lugar já comentei (FABIÃO, 2008). Esta é seguramente uma área onde muito ainda há para fazer. Mas, para lá das ânforas propriamente ditas, há também um outro domínio que nunca foi devidamente explorado: o dos recipientes de menor dimensão. Ponsich e Tarradel propuseram no seu clássico estudo a possibilidade de se poderem ter usado no transporte de alguns dos condimentos à base de peixe outros recipientes de menores dimensões, sobretudo para os mais requintados (PONSICH & TARRADELL, 1965; PONSICH, 1988). Atendendo a que se verifica um fabrico mais ou menos significativo de outras formas cerâmicas nas olarias em questão, pode admitir-se a possibilidade de existirem outros contentores de condimentos de peixe, entre os recipientes de fabrico local que classificamos dentro da categoria das cerâmicas comuns. Este será também um tema a que futuramente deverá ser concedida alguma atenção.

Temos de reconhecer que, no estado actual dos conhecimentos, não temos muitas informações que nos permitam discutir o contexto social e económico em que decorreria a produção oleira. O volume de ânforas necessário para alimentar a actividade de exportação pode sugerir que estes centros oleiros trabalhariam, sobretudo, em função das necessidades dos núcleos produtores de preparados de peixe, mas não será descabido pensar que a actividade oleira fosse relativamente independente, trabalhando para fornecer contentores para os preparados de peixe, mas também outras cerâmicas e mesmo outros contentores para diferentes conteúdos – o vinho é uma hipótese plausível, pelo menos, em alguns casos, como em outro local já comentei (FABIÃO, 1998). Seja como for, os recursos necessários ao fabrico cerâmico pertenciam aos detentores da terra que não são, forçosamente, os donos dos barcos que andam no mar ou os proprietários das oficinas onde se processava o pescado. Torna-se plausível, pois, supor que actividade de pesca e produção de preparados piscícolas e o fabrico cerâmico constituíssem actividades independentes, ainda que interactuantes. Também nada sabemos, infelizmente, sobre o contexto social das olarias e dos ritmos da sua laboração. Alguns apontamentos dispersos sugerem que nos centros oleiros se poderia residir e trabalhar em permanência, assumindo, deste modo, a actividade um cunho francamente especializado, mas nem sempre temos dados que nos permitam sequer colocar interrogações. Exemplificando: a presença de necrópoles associadas aos núcleos do Porto dos Cacos, Alcochete, no Baixo Tejo, ou do Zambujalinho, no Baixo Sado, sugere que estes locais deveriam ser ocupados em permanência (FERNANDES, 1992, 1993; FERNANDES & CARVALHO, 1996; RAPOSO & DUARTE, 1992; SABROSA, 1996). No que diz respeito a outros núcleos sadinos, foi sugerido que a presença ou ausência de materiais arqueológicos, que não os localmente produzidos, poderia constituir uma pista para a definição das características da ocupação, se permanente, se ape-

nas sazonal, e, nesse sentido, foi sugerida uma mudança na natureza do modelo de povoamento na olaria do Pinheiro – sazonal no Alto Império, permanente em época mais tardia (MAYET & SILVA, 1998). Este exemplo é particularmente sugestivo, visto que nos adverte para a necessidade de procurar precisar convenientemente o tema, ou seja, um determinado local poderá ter um carácter permanente ou sazonal, consoante o período de ocupação / laboração. Para o esclarecimento desta questão, afigura-se vital a escavação da necrópole associada a este centro oleiro, identificado pela equipa dos Serviços geológicos de Portugal aquando dos trabalhos de cartografia geológica que realizaram na região (ZBYSZEWSKI *et al.*, 1976, p. 57).

Nos casos de Lagos e Sines poderemos ter exemplos de actividades oleiras realizadas na área do próprio núcleo residencial, o que não deixa de se revestir de marcada singularidade. Tal situação não se verifica, por exemplo, nos baixos Sado e Tejo, onde a olaria se afasta claramente das áreas urbanas, por razões compreensíveis. Desde logo, porque aglomerados urbanos e produção de cerâmica necessitam de abundante matéria-prima lenhosa, que aconselha a diversificação de implantações. No fundo, é uma situação não muito distinta da que se verificou em época moderna, quando a olaria, a produção de vidro ou o fabrico de biscoito, se instalaram na margem esquerda do Tejo e não propriamente junto da cidade de Lisboa.

Na ausência de informações mais sólidas, creio que servirá reter que a actividade oleira se situará mais do lado da terra do que do lado do mar, para usar uma expressão simples e não demasiado redutora. Quer isto dizer que, na realidade e independentemente das relações estreitas que se estabeleceriam entre olarias e núcleos produtores de preparados de peixe, estas duas actividades são suficientemente especializadas e independentes para poderem ter sido totalmente autónomas. A distância física entre umas e outros parece-me reforçar esta ideia. De um ponto de vista jurídico, o mar seria um território livre, não passível de “privatização”, aberto pois à exploração por distintos agentes, embora o produto das pescarias pudesse ser tributado, como sucedia em época medieval e moderna, por exemplo. Já as argilas, inertes e lenha, indispensáveis à produção de cerâmica, pertencem aos proprietários fundiários, não sendo passíveis de apropriação indiscriminada, o que reforça e sublinha a ligação entre olaria e propriedade fundiária, ou seja, com o mundo rural.

Também do lado da terra se encontraria essa outra actividade imprescindível à existência do fabrico de preparados de peixe com vista à exportação: a exploração do sal.

5. O SAL

“Tractando nós de agoas e pedras parece que vem apelo tratar do sal que é pedra que se faz da agoa e pois é tão necessario que sem elle como sem a agoa nam podemos viver. Porque quasi todos os mantimentos que Deos para nós criou parece lhes ficou uma falta de temperamento e graça que quis depositar no sal fazendo-o sabor de todos os sabores para com elle a suplirem.”

Duarte Nunez do Leão, *Descrição do Reino de Portugal*. Lisboa: 1610, fl. 48.

Quando se aborda o tema da exploração intensiva dos recursos marinhos no extremo ocidente peninsular em época romana, o sal é sempre a componente subentendida, mas nunca verdadeiramente tratada. As razões desta ausência são de vária ordem, desde logo, pelo silêncio das fontes greco-latinas sobre o tema, excepção feita a alguns comentários marginais, como o acima mencionado de Estrabão, relativo aos rios salgados (III.2.6.). De resto, são paradoxalmente mais abundantes as referências ao sal mineral, do que propriamente ao sal marinho, embora a geografia da distribuição dos sítios arqueológicos com cetárias sugira claramente que o segundo desempenhou um papel não despreciando na economia da *Hispania*, em geral, e da *Lusitania*, em particular. Um silêncio

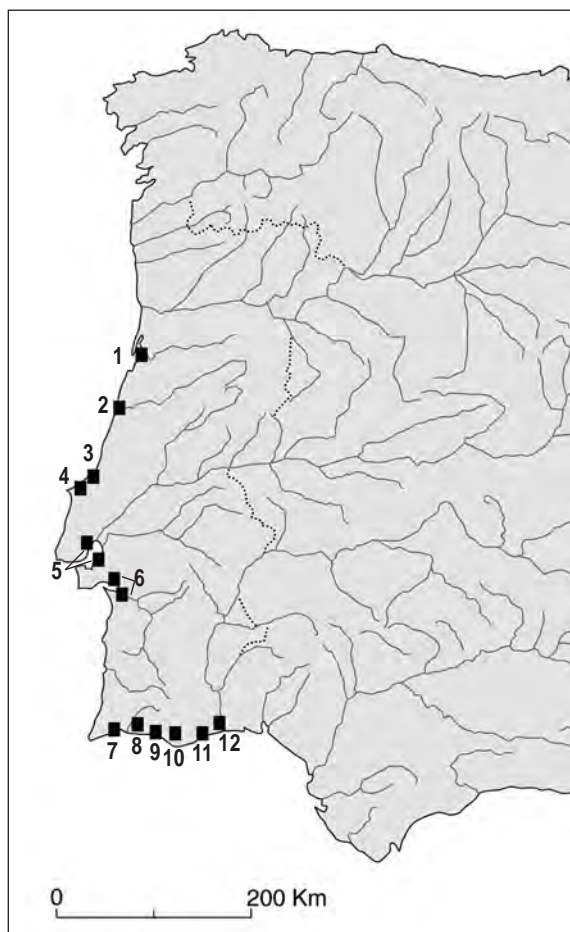
análogo se verifica nas fontes islâmicas, sempre mais empenhadas em sublinhar a riqueza agrícola do *Garb al Andaluz* do que em mencionar os recursos marinhos e não creio que o nítido recuo do povoamento relativamente à linha da costa constitua por si uma relevante explicação para o facto.

Mas não só o silêncio das fontes escritas explica e justifica a escassa atenção que tem sido concedida à salicultura antiga. O facto de esta actividade se desenvolver em estruturas construídas com terra e utilizar instrumentos fabricados em materiais perecíveis, dificulta sobremaneira a sua conservação e identificação no registo arqueológico. Para além do mais, as técnicas extractivas conservaram-se ao longo dos tempos e, presumivelmente, utilizaram as mesmas áreas, no interior dos estuários, protegidas do efeito devastador das marés, mas alcançáveis pelas mesmas, possibilitando a conserva de água salgada. Assim, os vestígios de antigas salinas que se podem detectar a partir de observações de superfície são virtualmente impossíveis de datar, facto que constitui um natural elemento dissuasor da investigação.

Silêncio das fontes e dificuldades de leitura arqueológica constituem, pois, a associação justificativa da escassa atenção que tem recebido a salicultura antiga, embora, por outro lado, a disseminação de sítios com cetárias e de áreas de produção de ânforas destinadas ao transporte de preparados de peixe sublinhe constantemente a sua relevância e todos os autores que se ocuparam do tema não deixem de sublinhar que a salicultura marinha constitui uma herança dos tempos romanos.

Paradoxalmente, é somente a partir do norte cristão medieval que começamos a encontrar referências documentais a marinhas de sal, em testamentos e doações, desde o século X (SAMPAIO, 1904 [s/d]; RAU, 1951), transmitindo-nos a imagem de um entre Douro e Minho semeado de marinhas de sal (ALMEIDA, 1969, 1972), sem que tais notícias se conheçam para a mesma época no sul islâmico. É este, pois, o aparente paradoxo: salicultura florescente nas áreas que menores condições ecológicas teriam para o seu desenvolvimento, e as regiões meridionais sem notícias de tais actividades. A explicação é, todavia, bem simples. Da Antiguidade e período islâmico o que conhecemos são textos literários de diversa índole, ao passo que a partir dos arquivos cristãos da chamada reconquista, o que temos são documentos jurídicos. Se a um literato pode passar por irrelevante uma marinha de sal, o mesmo não sucede na hora de inventariar ou doar bens pessoais. A distinta natureza das fontes disponíveis justifica, afinal, a diferença. Não deixa de ser paradoxal o facto de dispormos de todas estas notícias e de não se ter verificado, ainda, um esforço significativo para o estudo da exploração dos recursos marinhos na época romana, nas regiões a norte do rio Douro, para que se possa saber até onde remonta esta actividade na região – veja-se o recente e meritório esforço desenvolvido em Matosinhos, ainda que com inúmeros problemas e dúvidas (CLETO, 1995-1966). Por não pertencer esta área à antiga província romana da Lusitânia, não foi considerada nestas páginas.

Este desequilíbrio, resultante do tipo de fontes que até nós chegaram, longe de se poder considerar uma desvantagem, pode, na realidade, ser explorada para nos acercarmos do mundo antigo. De facto, uma observação dos salgados históricos portugueses pode revestir-se de algum interesse, pelo que interessará observar a informação coligida por Virgínia Rau, a historiadora portuguesa que mais extensamente tratou o tema da salicultura histórica. Assim, e deixando de lado as regiões setentrionais que não pertenceriam à província romana da *Lusitania*, haverá a assinalar: notícias de marinhas na foz do Vouga, provavelmente já na zona de Aveiro, desde o século X; referências a salinas em Tavadede, na foz do Mondego, desde o século XI, sabendo-se, para além do mais, que a salicultura desta região continuou a crescer até à época moderna; notícias de salinas na concha de S. Martinho, designadamente na zona de Alfeizerão, desde o séc. XIII; notícia de marinhas de sal em Atougua da Baleia, também na mesma época e na mesma região; abundantes notícias de grandes áreas de marinhas no estuário do Tejo, quer na margem esquerda, quer na direita, também desde o século XIII; referências à extracção de sal marinho nos forais algarvios de Silves, Faro, Tavira e Loulé (RAU, 1951, p. 33-45). Nesta mesma região, embora em épocas mais tardias, temos notícia de extracção de sal marinho, nas zonas de Lagos e na foz do Gua-



Legenda: 1 - Estuário do rio Vouga, sobretudo na zona de Aveiro. 2 - Estuário do rio Mondego, sobretudo as salinas de Tavede. 3 - Área lagunar da Estremadura, Alfeizerão. 4 - Área lagunar da Estremadura, Atouguia da Baleia e Peniche. 5 - Estuário do Tejo, com inúmeros salgados em ambas margens do rio. 6 - Estuário do Sado, com uma extensa área de salgados na margem direita entre Setúbal e Alcácer do Sal (assinale-se, porém, que também há marinhas de sal nas duas margens, a montante do estuário do rio). 7 - Lagos (ribeira de Bensafrim, também conhecida por rio de Lagos). 8 - Silves (rio Arade). 9 - Loulé (provavelmente junto ao antigo porto de Farrovilhas, em Almancil). 10 - Faro. 11 - Tavira (rio Gilão). 12 - Castro Marim (rio Guadiana).

Fig. 4 - Carta dos principais salgados históricos das costas portuguesas. Segundo RAU, 1951.

diana, em Castro Marim (RAU, 1951, p. 33-45). Para o Sado, as notícias antigas são apenas indirectas, uma vez que se referem a peixe salgado e não propriamente a marinhas de sal (RAU, 1951, p. 45). No entanto, no baixo curso deste rio, junto à foz, acabaria por se desenvolver uma das mais importantes regiões da salicultura portuguesa, com enorme volume de produção e exportação, polarizada em torno dos dois grandes núcleos, respectivamente, Setúbal e Alcácer do Sal.

Cruzando estes dados com as informações do registo arqueológico, obtemos alguns elementos interessantes. Por um lado, o facto de em Tavede, junto da foz do Mondego, se documentar uma ocupação da Idade do Ferro com fortes ligações ao mundo mediterrâneo, ainda que nada conheçamos de concreto para o mundo romano, para lá de notícias sobre vestígios de olarias na Pedrulha, Brenha, que Santos Rocha identificou, na sequência da sua destruição para a construção da estrada entre a Figueira da Foz e Mira. O arqueólogo figueirense presumiu tratar-se de fornos destinados a produzir material de construção, mas o facto de um deles apresentar uma planta circular de cerca de 3 metros de diâmetro (ROCHA, 1975), aproxima-o mais da conhecida tipologia de fornos para o fabrico de outros artigos cerâmicos. Para além deste apontamento, regista-se a coincidência entre os salgados históricos do Sado e do Tejo e os significativos indícios da produção local de preparadas de peixe na época romana.

Outros aspectos da salicultura histórica portuguesa merecem alguma atenção. De um modo geral, como referi, as técnicas de extracção do sal marinho não diferem substancialmente e mantêm-se praticamente inalteradas ao longo dos séculos, produzindo, deste modo, vestígios de difícil datação. Há, todavia, alguns detalhes técnicos que se revelam interessantes. Analisando as técnicas salineiras, costuma referir-se a existência de dois grandes métodos de extracção: um, documentado nos salgados setentrionais, designadamente no Vouga e Mondego, em que as marinhas se constroem segundo o método salineiro documentado em várias outras regiões europeias, designadamente no Oeste da França, com estruturas simples, escavadas, sem recurso a qualquer elemento de revestimento do fundo interno dos reservatórios; e o método das marinhas com “feltro” (um manto de algas que atapeita o fundo dos reservatórios e contribui para filtrar as impurezas em suspensão na água), também chamada a técnica tradicional ou “típica” da salicultura portuguesa, documentada sobretudo nos salgados dos baixos Tejo e Sado. Curiosamente, no Algarve, documenta-se a existência de ambas as técnicas, com marinhas sem “feltro” e outras com o dito manto de algas (RAU, 1951, p. 15 e Mapa), o que poderá sugerir que os salgados algarvios se constituíram em momentos distintos e com influências igualmente díspares.

Naturalmente, esta verificação vale o que vale e em nenhuma circunstância se poderá considerar um elemento sólido de demonstração seja do que for. Contudo, atendendo a que os salgados setentrionais se parecem expandir ao ritmo dos avanços da conquista cristã e atendendo às conhecidas relações históricas mantidas com os reinos cristãos europeus, não custará admitir uma influência directa das tradições da salicultura francesa nestas actividades. Não deixa de ser curioso verificar que, quer no estuário do Vouga, quer no do Mondego, não conhecemos qualquer vestígio de exploração de recursos marinhos em época romana, embora tal facto se deva, sobretudo, a ausência de investigação concreta, como houve oportunidade de referir. Já para as regiões do baixo Tejo e baixo Sado é interessante registar esta peculiar técnica de atapeitar o fundo dos reservatórios com algas, e, embora possa não existir uma relação directa, não deixa de se tratar das áreas onde se documenta uma maior concentração das actividades de exploração de recursos marinhos em época romana. A diversidade de situações no Algarve poderá indiciar, antes do mais, o seu carácter cosmopolita, aberto a múltiplas influências e nem será de descartar a hipótese de ser originária do Tejo ou do Sado a técnica usada nas marinhas “com feltro” algarvias. Como já se referiu, há notórias descontinuidades nos modelos do povoamento algarvio em época romana, islâmica e medieval portuguesa, pelo que se pode admitir também que as marinhas de sal, sem “feltro”, constituam o resultado de um incremento pós-islâmico da salicultura da região. No estado actual dos conhecimentos, seria abusivo querer ir mais longe do que a simples verificação destas particularidades regionais. Trata-se, contudo, de um tema de investigação que mereceria ser explorado no futuro: as razões da coexistência no ocidente peninsular destas técnicas salineiras e o contexto e âmbito cronológico do seu desenvolvimento nas distintas regiões.

Um outro aspecto que me parece importante, é o da coincidência entre a localização de algumas das marinhas históricas dos baixos vales do Sado e do Tejo e antigos lugares de implantação de olarias romanas que fabricaram ânforas. Esta proximidade física é bem expressiva na cartografia das salinas levantada por Virgínia Rau (RAU, 1951), tanto mais significativa quanto esse tema estava totalmente ausente das preocupações da Autora, que estudava apenas a salicultura de época moderna (Fig. 5). Naturalmente, isto significa que esta actividade necessita de buscar implantações afastadas da orla marítima, por razões óbvias, e que estas eram também as procuradas pelas olarias, em época romana. Ou seja, as condições naturais terão sido determinantes na definição do padrão de instalação, ainda que outros factores também tenham influído, como por exemplo, os que justificam o abandono em fase relativamente precoce do centro oleiro do Largo da Misericórdia, em Setúbal, certamente para retirar de uma área que se dedicava crescentemente à produção de preparados de peixe e se urbanizava, uma actividade dificilmente compatível com a nova geografia local. Mas, também é importante sublinhar que um certo determinismo físico nos poderá dizer algo sobre os locais onde se encontrariam as indispensáveis marinhas romanas, que alimentavam a poderosa actividade de produção de preparados de peixe. Por outras palavras, se a pesca e a acti-

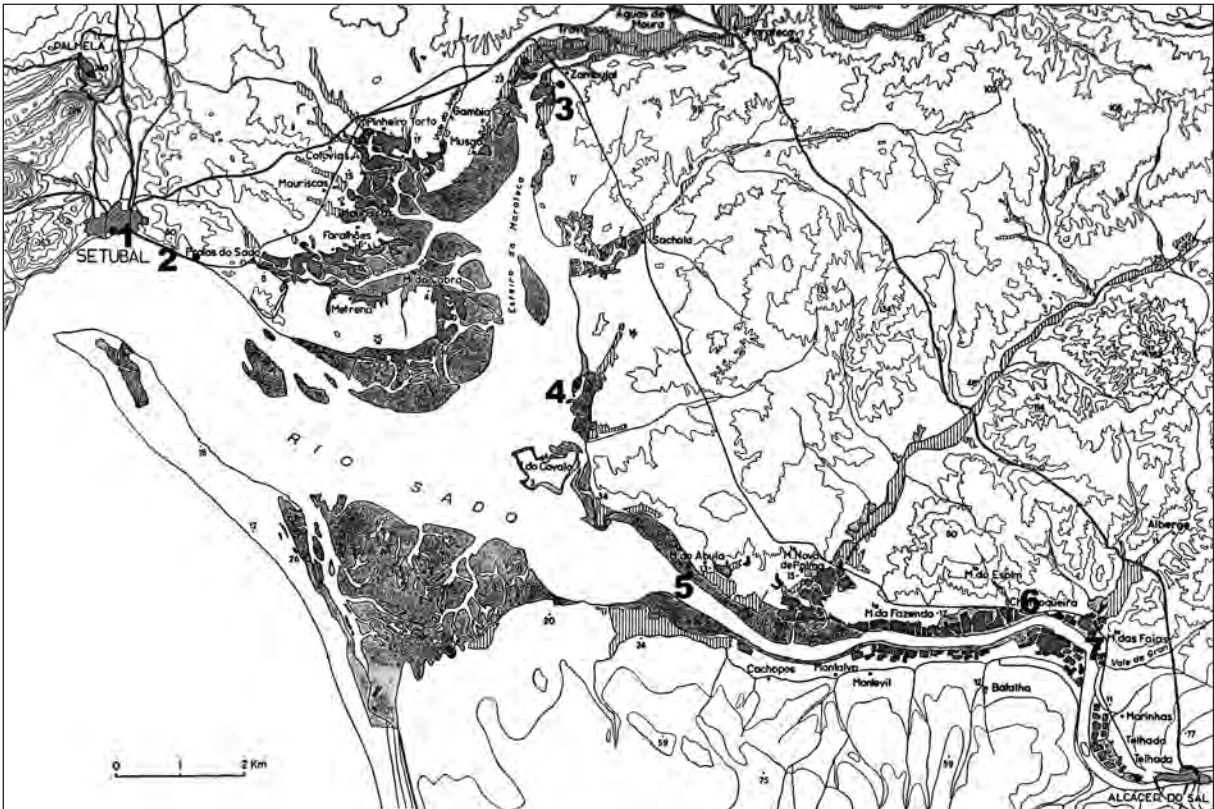


Fig. 5 – Salinas do Sado de época moderna e fornos de ânforas romanos. Base cartográfica RAU, 1951.

Legenda: 1 – Largo da Misericórdia (Setúbal); 2 – Quinta da Alegria (Setúbal); 3 – Zambujalinho (Palmela); 4 – Herdade do Pinheiro (Alcácer do Sal); 5 – Xarrouqueira (Alcácer do Sal); 6 – Abul (Alcácer do Sal); 7 – Bugio (Alcácer do Sal).

vidade conserveira se encontravam do lado do mar, a salicultura e a produção dos contentores de transporte localizavam-se necessariamente do lado da terra. Isto é, as unidades de transformação do pescado, buscavam a orla marítima, onde ficariam mais perto das zonas de atracação dos barcos de pesca e da chegada do peixe. As segundas careciam de outras condições: a salicultura precisava de águas calmas e por isso buscava as cabeceiras de estuário, esteiros e pequenas linhas de água, suficientemente próximas do mar para captar o sal e para o poder escoar, uma vez obtido; a olaria carecia de argila, inertes, água e lenha, sem todavia se poder distanciar das orlas ribeirinhas, por onde mais facilmente deslocaria os seus produtos, uma vez terminados. Esta distinção poderá ser importante para melhor compreendermos o quadro económico em que floresceu a produção de preparados de peixe na *Lusitania*. Proximidade física entre as diferentes actividades, que obviamente se complementavam, mas que careciam, também, de espaços distintos e de recursos próprios.

A localização francamente terrestre da salicultura suscita uma outra ordem de questões, a saber, em que regime, social e económico, a devemos situar. Uma vez mais, a informação histórica, embora reportada a épocas mais recentes, afigura-se interessante. Assim, verifica-se que as marinhas de sal necessitam de extensas áreas para implantação. Avaliando as marinhas de Setúbal e Alcácer do Sal, nos séculos XVI e XVII, Virgínia Rau identifica grandes unidades de exploração, com áreas compreendidas entre os 6.5 e os 5.2 hectares, embora se verifique que a maioria das explorações teria dimensões bem mais modestas, na ordem dos 2.9 a 1.5 hectares (RAU, 1951, p. 19-21). Deve dizer-se que não temos nenhum indício de que em época romana pudessem existir explorações

de dimensão análoga. Seja como for, é evidente a necessidade de extensas áreas dedicadas a esta produção, tanto mais que são conhecidos os enormes volumes de pescado processado, atendendo ao cálculo volumétrico das cetárias conhecidas, designadamente no grande complexo de Tróia que, para além do mais, laboravam em simultâneo com as unidades implantadas na margem direita do rio, sob a actual cidade de Setúbal (veja-se o ensaio de capacidades em ÉTIENNE, MAKAROUN & MAYET, 1994, p. 69-119). Em suma, seria necessária uma muito extensa área terrestre para o fabrico do sal. No que concerne ao regime da propriedade, toda a salicultura medieval, moderna e contemporânea patenteia um claro enquadramento sociológico no mundo agrícola: as salinas são aforadas, são doadas e herdadas, como qualquer outra parcela fundiária, não faltando mesmo os *sesmeiros* de “praias maninhas”, à semelhança dos *sesmeiros* de “campos maninhos”, encarregues de os arrotear e explorar (RAU, 1951, *passim*). Finalmente, as actividades nas salinas têm uma forte carga sazonal, com especial incidência nos períodos estivais, justamente aqueles em que é maior a actividade pesqueira, o que impossibilitaria a conjugação de ambas as actividades, com recurso à mesma mão-de-obra. Acrescente-se que, em todos os períodos históricos, os “*marenotos*” (isto é, os trabalhadores da salicultura) são agricultores e não pescadores. Uma outra questão é a que se prende com os direitos fiscais sobre o sal, mas esse é um tema perfeitamente distinto, sobre o qual adiante se ensaiarão alguns comentários.

Estas particularidades afiguram-se relevantes para o estabelecimento de um modelo social e económico para a exploração dos recursos marinhos na Antiguidade e, naturalmente, para a compreensão da sua articulação regional.

6. O QUADRO SOCIAL E ECONÓMICO: UM INQUÉRITO PARA O FUTURO

“A l’opposé [da cidade de consumidores, típica da Antiguidade], la ville peut être une ville de producteurs [...] La ville commerçante, comme la ville industrielle, s’oppose à celle des consommateurs ou le pouvoir d’achat de ses grandes consommateurs provient soit [...] de la vente à l’extérieur de produits du cru ou des marchandises obtenues sur le marché local (les harengs de la Hanse)”
WEBER, M. (1982) *La Ville*. Paris: Aubier, p. 23 (trad. francesa de *Die Stadt*)

Assim, considerando as três ordens de evidências em apreciação: cetárias (com a pesca subentendida), olarias e marinhas de sal, podemos admitir que todas contribuem para um mesmo fim, a saber, a produção de preparados piscícolas em grandes quantidades e sua exportação. No entanto, para lá das dependências mútuas, é admissível que cada uma destas actividades fosse relativamente independente, sobretudo as duas últimas: produção cerâmica e extracção de sal, pois nem toda a olaria se esgotava na produção de ânforas e nem todo o sal se destinava às produções de preparados de peixe. Parece-me, pois, mais razoável supor que teria existido na Antiguidade um conjunto diversificado de actividades independentes, que se articulariam em rede, por dependerem, de facto, em boa parte umas das outras. Naturalmente, um modelo alternativo seria o que admite todas estas actividades funcionando sob o domínio de um mesmo proprietário que detivesse barcos de pesca, fábricas de preparados de peixe, salinas e olarias. Parece-me, contudo, francamente irrealista supor que tal concentração de actividades tão distintas, sob a alçada de um mesmo proprietário, pudesse ter existido numa larga escala – o que todavia deixa em aberto ou pelo menos não exclui a possibilidade de se imaginar uma pequena produção de preparados de peixe no âmbito de *villae*, como sugeriu J. Edmondson (EDMONDSON, 1987). Em outro local tive já a oportunidade de esclarecer as reservas que me suscita esse modelo (FABIÃO, 1984), ainda que se possa admitir a sua existência em casos pontuais e em épocas concretas.

Em primeiro lugar, a pesca. Não fazemos ideia de quem se ocuparia desta tarefa e em que regime. Provavelmente, tratar-se-iam de actividades livres, somente sujeitas ao pagamento de tributos ou, em alternativa, a pesca em cada região estaria entregue a sociedades, que arrematariam os seus direitos e que promoveriam a actividade, assegurando os meios necessários. Para a área gaditana, tem sido sugerida a existência de uma grande companhia (ÉTIENNE & MAYET, 2002, com referências), o que poderia explicar alguma epigrafia anfórica e algumas peculiaridades das pescarias meridionais da Península Ibérica, nomeadamente a cronologia tardia da maioria dos centros oleiros das costas algarvias, que podiam ter ganho autonomia somente depois da Companhia se extinguir (FABIÃO, 2000). Mas, como os próprios Autores franceses reconhecem, falta ainda alguma evidência mais sonora, que permita sustentar esta hipótese. Não custa supor que a pesca se encontraria intimamente relacionada com a produção dos preparados de peixe. Contudo, este argumento de senso comum em nada contribui para um melhor conhecimento dos moldes em que tais relações se estabeleciam, menos ainda para a definição do seu quadro social e económico. Se, efectivamente, capturas e produção de preparados de peixe constituíssem uma só actividade, ela deveria estar entregue a grandes empresas, uma vez que se não vislumbra que existisse capacidade para desenvolver tais actividades numa pequena escala, sobretudo a partir dos meados do século I d.C., quando se verifica o crescimento de grandes centros como Tróia ou como a área de laboração já conhecida no subsolo da actual cidade de Lisboa: por essa razão a Fig. 2 assinala as grandes manchas dos estuários do Tejo e Sado. Já para épocas posteriores se poderia considerar outra possibilidade, mas, como em outro local já defendi, não creio que se possa pensar na existência de uma pequena actividade conserveira, de alcance eminentemente local, como defendeu J. Edmondson (EDMONDSON, 1987; FABIÃO, 1994).

Quanto à cerâmica, as interrogações são também múltiplas e as evidências concretas muito escassas. Naturalmente, quando pensamos em ânforas, vem de imediato à ideia o exemplo dos papiros egípcios de *Oxyrhyncus*, que estabelecem contratos entre oleiros e proprietários rurais (COCKLE, 1981), e constituem um dos mais expressivos exemplos do regime de produção de contentores cerâmicos, que conhecemos na Antiguidade. Como bem sublinhou M. Finley, nenhuma evidência arqueológica poderia revelar este tipo de relações e, por escassez de informação, não sabemos de todo se esta era a prática comum (o oleiro itinerante trabalhando com meios de produção fornecidos pelo proprietário rural) ou correspondia a situações de excepção (FINLEY, 1986). Naturalmente, nos casos lusitanos, não devemos perder de vista que não se trata de fazer contentores para transportar artigos produzidos numa propriedade rural, mas sim de ânforas que transportariam preparados de peixe, sem esquecer que a nossa actividade manufactureira se desenvolve ao longo de mais de quatro séculos, sendo, por isso mesmo, admissível que os regimes de produção e exploração tenham variado ao longo do tempo. Interessa, todavia, reter algumas informações do caso egípcio, a saber, o facto de fornos e matérias-primas (argila, inertes, lenha) serem bens pertencentes ao proprietário fundiário.

No que concerne aos dados arqueológicos lusitanos, haverá a assinalar o facto de muitas olarias terem labrado durante extensos períodos de tempo, vários séculos, em muitos casos; de quase todas as conhecidas terem fabricado outros artigos cerâmicos, que não somente ânforas (FABIÃO & CARVALHO, 1990; FABIÃO, 2004, com referências); ou ainda a particularidade da olaria do Pinheiro ter resistido, activa, à situação de crise vivida no sector da produção de preparados de peixe entre os fins do século II e os inícios do III (MAYET & SILVA, 1998). Infelizmente a escassez dos hábitos epigráficos só complica ainda mais o panorama, não fornecendo qualquer pista sobre o quadro social e económico da produção (FABIÃO & GUERRA, 2004). Assim, atendendo aos dados disponíveis e num plano meramente hipotético, poderemos desenhar dois modelos possíveis para a produção oleira: um, em que a olaria funcionava sazonalmente, fabricando cerâmicas fundamentalmente destinadas a suprir as necessidades do sector conserveiro. Assim se explicaria a sazonalidade da sua laboração, somente quando eram maiores as necessidades dos centros produtores de preparados de peixe. Tal seria o caso da primeira fase da olaria do Pinheiro; no entender dos investigadores que procederam ao seu estudo (MAYET &

SILVA, 1998), esta actividade sazonal é perfeitamente compatível com a existência de oleiros especializados itinerantes. Um outro modelo possível seria aquele em que o centro oleiro constituiria um pólo de manufactura intensiva, com população residente, fabricando cerâmicas para a indústria conserveira, mas também para muitos outros fins. Seria este o caso da fase tardia da mesma olaria sadina – hipótese que poderá ser aferida pela escavação da necrópole – e das outras onde se conhecem necrópoles associadas, como o Zambujalinho, Palmela, também no vale do Sado (FERNANDES, 1992, 1993; FERNANDES & CARVALHO, 1996), ou o Porto dos Cacos, Alcochete, no baixo Tejo (RAPOSO & DUARTE, 1992; SABROSA, 1996). Creio que a existência de necrópoles nas proximidades dos centros oleiros constitui um dos mais fortes indícios de uma ocupação com carácter permanente, embora se possa admitir que outro tipo de evidência seja também sugestiva, como é o caso da diversidade de artefactos identificados em cada local (MAYET & SILVA, 1988). Qualquer destas hipóteses ligaria a actividade oleira ao mundo dos proprietários fundiários, uma vez que a sua localização e as necessidades de matérias-primas claramente apontam essa direcção. Pode admitir-se, todavia, que se trataria de centros de manufactura intensiva, relativamente independentes das fainas rurais, sobretudo, na segunda hipótese considerada.

Que relações se estabeleceriam entre produtores de cerâmicas e produtores de preparados de peixe é algo que não conhecemos de todo, embora me pareça razoável supor uma relativa independência de ambas as actividades, pelo seu carácter especializado. Acresce que todos os centros oleiros registam uma diversidade de produções que sugere a exploração de distintos mercados consumidores, que não somente o das unidades de produção de preparados de peixe; e, como já comentámos, se verificar uma apreciável resistência das olarias ao generalizado período de crise das exportações lusitanas da viragem do século II para o III (FABIÃO & CARVALHO, 1990). Para além do mais, como em outros locais defendi, há bons indícios de que estas olarias poderiam ter produzido também contentores para o transporte de vinho (FABIÃO, 1998, 2004), hipótese que, a confirmar-se, reforçaria a independência destas duas actividades (produção de preparados de peixe e fabrico de cerâmica). Tal não impede, porém, que um mesmo indivíduo ou grupo de indivíduos pudesse ser proprietário de unidades de transformação de pescado e de olarias, sem que tal implicasse uma dependência absoluta das segundas relativamente às primeiras. Uma vez mais, vem à ideia a proposta da Companhia gaditana (ÉTIENNE & MAYET, 2002), que poderia constituir um dos modelos de enquadramento e articulação destas actividades.

Finalmente, o sal. Este é, sem dúvida, o artigo que mais questões coloca. Não sabemos se continuaria a ser um monopólio estatal, como fora em época helenística em muitas cidades gregas. Mas, mesmo sendo monopólio estatal, os direitos da sua exploração poderiam ser arrendados ou concedidos a privados. A analogia com o regime de exploração dos recursos mineiros parece ser uma boa pista para a compreensão do modelo, até porque o regime de extracção de sal-gema implicaria instalações não muito distintas das montadas para a exploração de outros recursos mineiros. Mas, há que reconhecer, encontramos-nos no domínio das hipóteses indocumentadas. Por outro lado, a localização desta actividade extractiva aproximar-se-ia mais do mundo fundiário do que do sector pesqueiro. Por razões de ordem prática, as marinhas de sal têm de buscar a sua implantação longe da orla costeira, mas em zona de franca penetração marítima, isto é, as zonas lagunares, de esteiros e de fundos de estuários. Para além disso, a grande época da produção salina é o Verão, justamente a mesma em que mais intensa se torna a faina pesqueira. Acrescente-se que, recorrendo ao paralelo de épocas históricas mais recentes, sabemos que a salicultura se exerce por gente que, paralelamente, se dedica à agricultura e não por gente do mar (RAU, 1951). Assim, não faz sentido supor que a produção de sal e a pesca se pudessem realizar pelas mesmas pessoas, nem parece razoável imaginar que aquela actividade se desenvolvesse em contexto distinto do conhecido em outras épocas históricas, embora se possa admitir que proprietários fundiários pudessem produzir, paralelamente, o sal e as cerâmicas. Neste particular, é notória a proximidade física entre olarias romanas e zonas de marinhas histó-

ricas, nas regiões aqui consideradas, designadamente nos baixos Tejo e Sado, como se referiu. Infelizmente, nada sabemos sobre as salinas romanas, propriamente ditas.

Por tudo isto, e ainda que reconhecendo a falta de dados empíricos para o debate destas questões, diria que a pesca, a produção de preparados de peixe, o fabrico de cerâmica e a salicultura, sendo actividades mutuamente dependentes, assumem especialidades que as distinguem claramente, pelo que merecem ser estudadas separadamente, mesmo tendo em atenção o seu carácter complementar. A partir do momento em que alcançam uma dimensão e relevância consideráveis, desenham uma verdadeira rede de relações económicas de elevada complexidade e de evidente relevância local. Assim, não é de admirar que as principais zonas onde se concentram as evidências arqueológicas da exploração de recursos marinhos em larga escala se localizem nas imediações de centros urbanos que, deste modo, se assumiriam como as entidades polarizadoras destas actividades e organizadoras da exportação dos preparados de peixe que, naturalmente, careceriam de boas instalações portuárias, para armazenamento e expedição.

É justamente esta situação de concentração das unidades de produção de preparados de peixe em áreas urbanas da *Lusitânia* que confere singularidade a esta região, singularidade, diga-se, partilhada com a Andaluzia ocidental e Norte de Africa, ou seja, a frente meridional atlântica do Império Romano ou o “pré-Mediterrâneo” de Orlando Ribeiro. A situação é evidente em *Olisipo*, nos aglomerados da foz do Sado, em *Balsa*, para mencionar somente os lugares onde as cetárias estão na própria área das cidades. Provavelmente, o fenómeno seria muito mais disseminado por toda a costa, desde do Guadiana à foz do Douro, como houve oportunidade de comentar. Em todos estes casos, a exploração dos recursos marinhos parece constituir uma relevante actividade económica da cidade, tornando pertinente a discussão do modelo destas cidades lusitanas. Recorde-se que em textos hoje clássicos, que induziram extenso debate, Moses Finley (FINLEY, 1977, 1985) recuperou o conceito de “cidade de consumo” da sociologia alemã de Büchner, Sombart e Weber para caracterizar a cidade antiga, estabelecendo a oposição com a “cidade produtora” de épocas mais tardias. Por isso mesmo, recuperei e usei a citação de Weber sobre o arenque das cidades da Liga Hanseática. É claro que a produção e exportação de arenque nem será sequer o mais característico elemento da economia daquelas cidades, mas não deixa de estabelecer um interessante paralelo, que nos alerta para o muito que ainda se poderá fazer neste domínio. De igual modo, quando compulsamos muitos dos debates sobre a economia antiga e nos deparamos com as teses sobre os bloqueios do seu crescimento, não podemos deixar de notar que, nestas cidades lusitanas, particularmente no baixo Sado e no baixo Tejo, parece registar-se um consistente crescimento no volume da produção, que não deixaria também de se reflectir no consumo e no número de consumidores.

Como se compreende, estas observações assumem particular relevância para o estudo dos modelos urbanos da Antiguidade, bem como para o estudo da economia antiga. Mas, há que reconhecer, que muito caminho temos ainda de percorrer para podermos obter uma imagem clara desta complexa rede de relações, da qual somente alguns fios até nós terão chegado. Recorde-se que só desde a década de 80 do século XX começámos a ter informações mais consistentes, que permitissem ultrapassar o domínio dos meros pontos em mapas (diga-se que a cartografia que ilustra este texto inclui muitos “pontos” que não são mais do que isso, “pontos num mapa”, cujo significado e relevância em boa parte desconhecemos). Haja ânimo e meios para prosseguir as investigações e, sobretudo, haja arte e engenho para saber unir e urdir os frágeis fios que até nós chegaram destas complexas redes de relações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALARCÃO, A. (dir.) (1997) – *Portugal Romano. A exploração dos recursos naturais*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- ALARCÃO, A. & MAYET, F. (eds.) (1990) – *As ânforas lusitanas. Tipologia, produção, comércio (actas da mesa-redonda de Conímbriga, 1988)*. Coimbra/Paris: MMC/Diff. E. De Boccard.
- ALARCÃO, J. (1973) – *Portugal Romano*, Lisboa, Verbo.
- ALARCÃO, J. (1983) – *Portugal Romano*, 3ª edição, revista, Lisboa, Verbo.
- ALMEIDA, C. A. F. (1969) – *Romanização das terras da Maia*. Maia: Câmara Municipal da Maia.
- ALMEIDA, C. A. F. (1972) – A Póvoa de Varzim e o seu aro na Antiguidade. *Póvoa de Varzim – Boletim Cultural*, 11 (1), p. 5-34.
- ALMEIDA, D. F.; ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O V. (1971) – Descoberta de fornos lusitano-romanos na região da Marateca (Setúbal). *O Arqueólogo Português*, III série, 5, p. 155-165.
- ÂNGELO, M. J. (2008) – Intervenção arqueológica na encosta da Marina, (S. Sebastião, Lagos): testemunhos de uma renovação de espaços em época romana. *Xelb* 8(2), p. 79-85.
- AMARO, C. (1990) – *Ocupação romana na margem sul do estuário do Tejo: um (des)alinhar de ideias*. In: ALARCÃO, A. & MAYET, F. (eds.) *As ânforas lusitanas. Tipologia, produção, comércio (actas da mesa-redonda de Conímbriga, 1988)*. Coimbra/Paris: MMC/Diff. E. De Boccard, p. 71-85.
- AMARO, C. (1994) – A indústria de salga de peixe na baixa de Lisboa. In: *Moita*, I. (dir) *O livro de Lisboa*. Lisboa: Expo 98; Lisboa 94; Livros Horizonte, p. 69-74.
- ARRUDA, A M. (1999-2000) – *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a. C.)*. *Cuadrenos de Arqueología Mediterránea*, 5-6. Barcelona: Publicaciones del laboratorio de Arqueología de la Universidad Pompeu Fabra de Barcelona.
- ARRUDA, A. M. (2006) – Os recursos marinhos na economia da Idade do Ferro do sul de Portugal: o sal, a pesca e os preparados de peixe. *Historia de la Pesca en el Ámbito del Estrecho (I Conferencia Internacional)*. Puerto de S. Maria: Junta de Andalucía, p. 383-405.
- ARRUDA, A. M. (dir.) (2007) *Laccobriga. A ocupação romana na baía de Lagos*. Lagos: Câmara Municipal de Lagos.
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C. & BARGÃO, P. (2006) – Ânforas lusitanas da alcáçova de Santarém, In: SILVA, C. T. & SOARES, J. (dir.), *Simposio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas Durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet*. Setúbal *Arqueológica*, 13, pp. 233-252.
- ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; BARGÃO, P. & LOURENÇO, P. (2008) – Monte Molião (Lagos): resultados de um projecto em curso. *Xelb* 8(1), p. 137-168.
- BARGÃO, P. (2008) Intervenção de emergência na Rua do Monte Molião: primeiras leituras, *Xelb* 8(1), p. 169-189.

- BARROS, L. & AMARO, C. (1984-1985) – Fábrica de salga de peixe em Cacilhas achegas para o seu conhecimento. *Al-madan*, 4-5, p. 33-34.
- BERNAL CASASOLA, D. (2003) – La presencia bizantina en el litoral andaluz y en el Estrecho de Gibraltar (ss. VI-VII D.C.): análisis de la documentación arqueológica y novedades de los últimos años. In: *Actas del III Congreso de Historia de Andalucía (Córdoba, 2001)*. Córdoba: Publicaciones Obra Social y Cultural Cajasur, p. 41-68.
- BERNAL CASASOLA, D. (2008) – El final de la industria pesquero-conservera en Hispania (ss. V-VII d.C.) entre Obispos, Bizancio y la evidencia arqueológica. In: Napoli, J. (ed.) *Ressources et activités maritimes des peuples de l'Antiquité. Les Cahiers du Littoral*, 2 (6), p. 31-58.
- BERNARDES, J. P. (2008) – O Centro Oleiro do Martinhal, *Xelb. Silves*. 8(1), p. 191-212.
- BERNARDO, H. B. (1966) – Marinhas ignoradas da Estremadura – as salinas de Peniche. *Ethnos*, 5. p. 121-167.
- BUGALHÃO, J. (2001) – *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo. Núcleo arqueológico da rua dos Correiros*. Lisboa: IPA (Trabalhos de Arqueologia, 15).
- CARDOSO, G. (2006) – As cetárias da área urbana de Cascais. In: SILVA, C. T. & SOARES, J. (dir.), *Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas Durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal Arqueológica*, 13, p. 145-150.
- CARDOSO, G. & RODRIGUES, S. (2005) – Olaria romana do Morraçal da Ajuda (Peniche – Portugal). In: *Actas do Congresso A Presença Romana na Região Oeste (Bombarral)*. Bombarral: C.M. do Bombarral / Museu Municipal do Bombarral, p. 83-112.
- CARDOSO, G.; RODRIGUES, S. & SEPÚLVEDA, E. (2006) – A olaria romana de Peniche. In: SILVA, C. T.; SOARES, J. (dir.), *Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas Durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal Arqueológica*, 13, p. 253-278.
- CARRASCO, J. M. C. & TERUEL, N. O. V. (2006) – La Industria Pesquera en Época Romana en el Litoral Onubense. *Historia de la Pesca en el Ámbito del Estrecho (I Conferencia Internacional)*. Puerto de S. Maria: Junta de Andalucía, p.407-454.
- CENTENO, R. (1983) – A dominação romana. In: SARAIVA, J. H. (Dir.), *História de Portugal, vol. 1*, Lisboa, Alfa, p. 148-211.
- CLETO, J. (1995-1996) – A Indústria de Conserva de Peixe no Portugal Romano. O caso de Angeiras (Lavra, Matosinhos). *Matesinius – Revista de Arqueologia, História e Património de Matosinhos*, 1-2, p. 23-45.
- COCKLE, H. (1981) – Pottery manufacture in Roman Egypt a new papyrus. *Journal of Roman Studies*, 71, p. 87-97.
- COELHO-SOARES, A. & SILVA, C. T. (1979) – Ânforas romanas da Quinta da Alegria (Setúbal). *Setúbal Arqueológica*, 5, p. 205-221.
- CORREIA, V. (1928) – O domínio romano. In: PERES, D. (dir.) *História de Portugal, I*, Barcelos: Portucalense Editora, p. 217-290.

- CORREIA, V. (1930 [1972]) – Alcácer do Sal (esboço de uma monografia). In: *Obras. IV Estudos arqueológicos*. Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 127-150 (primeiramente publicado em *Biblos*, 6).
- CORTESÃO, J. (1964) – *Os factores democráticos na formação de Portugal*. Lisboa: Portugália (colectânea de artigos, publicada a título póstumo).
- DIOGO, A. M. D. & COSTA, J. M. (1996) – Elementos sobre a produção de ânforas e a transformação piscícola em Sines durante a época romana. In: FILIPE, G. & RAPOSO, J.M.C. (eds.) *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado (actas das jornadas, Seixal, 1991)*. Lisboa: D. Quixote, p. 107-110.
- DIOGO, A. M. D. & FARIA, J. C. (1990) – Elementos para a caracterização e periodização da economia do baixo Sado, durante a época romana. In: GAMITO, T. J. (ed.) *Arqueologia Hoje I Etno-Arqueologia*. Faro: Universidade do Algarve, p. 92-106.
- DUARTE, A. L. C. (1990) – Quinta do Rouxinol. A produção de ânforas no vale do Tejo. In: ALARCÃO, A ; MAYET, F. (eds.) *As ânforas lusitanas. Tipologia, produção, comércio (actas da mesa-redonda de Conímbriga, 1988)*. Coimbra/Paris: MMC/Diff. E. De Boccard, p. 97-115.
- DUARTE, A. L. C. & RAPOSO, J. M. C. (1996) – Elementos para a caracterização das produções anfóricas da Quinta do Rouxinol (Corroios / Seixal). In: FILIPE, G.; RAPOSO, J.M.C. (eds.) *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado (actas das jornadas, Seixal, 1991)*. Lisboa: D. Quixote, p. 237-247.
- EDMONDSON, J. (1987) – *Two Industries in Roman Lusitania: Mining and Garum Production*. Oxford: BAR (IS-362).
- ÉTIENNE, R.; MAKAROUN, Y. & MAYET, F. (1994) – *Un grand complexe industriel à Tróia (Portugal)*. Paris : Diff. E. De Boccard.
- ÉTIENNE, R. & MAYET, F. (2002) – *Salaisons et sauces de poisson hispaniques*. Paris : Diffusion E. De Boccard.
- FABIÃO, C. (1994) – Garum na Lusitânia rural? Alguns comentários sobre o povoamento romano do Algarve, in: GORGES, J-G. & SALINAS DE FRÍAS, *Les Campagnes de la Lusitanie romaine: occupation du sol et habitats*, Madrid-Salamanca, Casa de Velázquez, Collection de la Casa de Velázquez, 47, p. 227-252.
- FABIÃO, C. (1996) – O comércio dos produtos da Lusitânia transportados em ânforas no Baixo Império. In: FILIPE, G. & RAPOSO, J.M.C., (eds.) *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado (Actas das jornadas, Seixal, 1991)*. Lisboa: D. Quixote, p. 329-342.
- FABIÃO, C. (1997) – A exploração dos recursos marinhos. In: ALARCÃO, A. (dir) *Portugal Romano. A exploração dos recursos naturais*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 35-58.
- FABIÃO, C. (1998) – O vinho na Lusitânia: reflexões em torno de um problema arqueológico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 1(1), p. 169-198.
- FABIÃO, C. (2000) – O sul da Lusitânia (Algarve português) e a Baetica: concorrência ou complementaridade? In: *Congreso Internacional Ex Baeticae Amphorae (Sevilla-Écija, 1998)*, vol. II, p. 717-730.
- FABIÃO, C. (2004) – Centros oleiros da Lusitânia: balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação. In: BERNAL, D. & LAGÓSTENA, L. (eds.) *Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C. – VII d. C.)*. Vol. 1. Oxford: BAR (IS 1266), p. 379-410.

- FABIÃO, C. (2006) – A exploração de recursos marinhos na Lusitânia romana: balanço dos conhecimentos e perspectivas da investigação. *Historia de la Pesca en el Ámbito del Estrecho (I Conferencia Internacional)*. Puerto de S. Maria: Junta de Andalucía, p.489-529.
- FABIÃO, C. (2007) – Estácio da Veiga e a exploração dos recursos marinhos no Algarve, em época romana. *Xelb*, 7, p. 131-142.
- FABIÃO, C. (2008) Las ánforas romanas de Lusitania. In: BERNAL CASASOLA, D. & RIBERA I LACOMBA, A. (eds.) *Cerâmicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. XXXVI Congreso Internacional de la Asociación *Rei Cretariae Romanae Fautores* (Cádiz, 2008). Cádiz: UCA, p. 725-745.
- FABIÃO, C. (2009) – O ocidente da Península Ibérica no século VI: Sobre um *pentanummius* de Justiniano I encontrado na unidade de produção de preparados de peixe da Casa do Governador da Torre de Belém, Lisboa. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 4, p. 25-50.
- FABIÃO, C. (no prelo) – A dimensão atlântica da Lusitânia: periferia ou charneira no Império Romano? In: *VI Mesa Redonda sobre a Lusitânia Romana (Cascais, 2004)*.
- FABIÃO, C. & ARRUDA, A. M. (1990) – Ânforas de S. João da Venda (Faro). In: ALARCÃO, A. & MAYET, F. *As ânforas lusitanas. Tipologia, produção, comércio (actas da mesa-redonda de Conímbriga, 1988)*. Coimbra/Paris: MMC/Diff. E. De Boccard, p. 215-224.
- FABIÃO, C. & CARVALHO, A. (1990) – Ânforas da Lusitânia: uma perspectiva. In: ALARCÃO, A. & MAYET, F. *As ânforas lusitanas. Tipologia, produção, comércio (actas da mesa-redonda de Conímbriga, 1988)*. Coimbra/Paris: MMC/Diff. E. De Boccard, p. 37-63.
- FABIÃO, C. & GUERRA, A. (1993) – Sobre os conteúdos das ânforas da Lusitânia, in: *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga (Coimbra, 1990)*, Coimbra, IAFLC/IECFLC, 1993, p. 995-1016
- FABIÃO, C. & GUERRA, A. (2004) – Epigrafia anfórica lusitana: uma perspectiva. In: REMESAL, J. (dir) *Epigrafia Anfórica*. Barcelona: Univ. de Barcelona (Col. Instrumenta, 17), p. 221-243.
- FABIÃO, C.; FILIPE, I; DIAS, M.I.; GABRIEL, S. & COELHO, M. (2008) – Projecto “A Indústria de recursos haliéuticos no período romano: a fábrica da Casa do Governador da Torre de Belém, o estuário do Tejo e a fachada atlântica. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 1, p. 35-40.
- FARIA, A M. (1989) – A Numária de *Cantnipo. *Conimbriga*, 28, p. 71-99.
- FARIA, A. M. (1992) – Ainda sobre o nome pré-romano de Alcácer do Sal. *Vipasca – Arqueologia e História*. 1, p. 39-48.
- FERNANDES, I. C. (1992) – Escavações arqueológicas na Herdade do Zambujal (Palmela). *Al-Madan*. II série, 1, p. 94.
- FERNANDES, I. C. (1993) – *Arqueologia em Palmela 1988/92 – Catálogo da exposição*. Palmela: C. M. Palmela.
- FERNANDES, I. C. & BRITO, M. T. (2008) – *Roteiro da Exposição Palmela Arqueológica Espaços. Vivências. Poderes (Igreja de Santiago – Castelo de Palmela)*. Palmela: Município de Palmela.
- FERNANDES, I. C. & CARVALHO, A. R. (1996) – Trabalhos arqueológicos no Zambujalinho (Herdade do Zambujal) – primeiros resultados. In: FILIPE, G.; RAPOSO, J.M.C., eds., *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado (Actas das jornadas, Seixal, 1991)*. Lisboa: D. Quixote, p. 73-106.

- FERREIRA, O. V. (1966-1967) – Algumas considerações sobre as fábricas de conservas de peixe na antiguidade encontradas em Portugal. *Arquivo de Beja*, 23-24, p. 123-134.
- FERREIRA, O. V. (1968) – Algumas notas acerca da pesca na antiguidade. *O Arqueólogo Português*, III série, 2, p. 113-133.
- FIGUEIREDO, A. M. (1898) – Contribuição para o estudo da historia da pesca, em Portugal, na epocha luso-romana. *O Archeólogo Português*, 4, p. 53-58.
- FIGUEIREDO, A. M. (1906) – Ruines d'antiques établissements a salaisons sur le littoral sud du Portugal. *Bulletin Hispanique*, 8 (2), p. 109-121.
- FILIFE, I. & FABIÃO, C. (no prelo) – Uma unidade de produção de preparados de peixe de época romana na Casa do Governador da Torre de Belém (Lisboa): uma primeira apresentação. *Arqueologia e História*.
- FILIFE, G. & RAPOSO, J.M.C., eds. (1996) – *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado (Actas das jornadas, Seixal, 1991)*. Lisboa: D. Quixote.
- FINLEY, M. (1977) – The Ancient City : From Fustel de Coulanges to Max Weber and Beyond. *Comparative Studies in Society and History*, 19, p. 305-327.
- FINLEY, M. (1986a) – *A Economia Antiga*, 2º ed., Porto: Afrontamento (trad. Portuguesa de *The Ancient Economy*, 2ª ed. Revista e aumentada).
- FINLEY, M. (1986b) – *Historia Antigua problemas metodologicos*. Barcelona: Crítica.
- FULFORD, M. G. & PEACOCK, D. P. S. (1984) *Excavations at Carthage: the British Mission, Volume I, 2. The Avenue du Président Habib Bourguiba, Salamambo. The pottery and other ceramic objects from the site*. Sheffield: Institut Nationale d'Archéologie et d'Art de Tunisie / British Academy Carthage Committee.
- LAGÓSTENA BARRIOS, L. (2001) – *La Producción de salsa y conservas de pescado en la Hispania romana (II a.C – VI d.C.)*. Barcelona: Universidad de Barcelona.
- MAIA, M. G. P. (2006) – La pesca, a actividade conserveira e as ânforas de Tavira. *Historia de la Pesca en el Ámbito del Estrecho (I Conferencia Internacional)*. Puerto de S. María: Junta de Andalucía, p. 459- 487.
- MANTAS, V. G. (1986) – Um miliário de Adriano em Alfeizerão. *Conimbriga*, 25, p. 213-225.
- MANTAS, V. G. S. (1990) – As Cidades Marítimas da Lusitânia, in: *Les Villes de la Lusitanie Romaine. Hiérarchies et Territoires (Table Ronde Internationale du CNRS, Talence, 1988)*, Paris, CNRS (Collection de la Maison des Pays Ibériques, 42), p. 149-205.
- MANTAS, V. G. (1999) – As *villae* marítimas e o problema do povoamento do litoral português na época romana. In: GORGES, J.-G. & RODRÍGUEZ MARTÍN, G. (eds). *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid: p. 135-156.
- MAYET, F.; SCHMITT, A. & SILVA, C.T. (1996) – *Les amphores du Sado (Portugal). Prospection des fours et analyse du matériel*. Paris: Diff. E. De Boccard.
- MAYET, F. & SILVA, C.T. (1998) – *L'atelier d'amphores de Pinheiro (Portugal)*. Paris: Diff. E. De Boccard.
- MAYET, F. & SILVA, C. T. (2002) – *L'atelier d'amphores de Abul (Portugal)*. Paris: Diff. E. De Boccard.

- MORAIS, R. & FABIÃO, C. (2007) – Novas produções de fabrico lusitano: problemáticas e importância económica. In: LAGÓSTENA, L.; BERNAL, D. & ARÉVALO, A. (eds.), *Cetariae 2005. Salsas y Salazones de Pescado en Occidente durante la Antigüedad (Actas del Congreso Internacional, Cádiz, 7-9 noviembre de 2005)*. Oxford: BAR-IS 1686, pp. 127-133.
- MOREIRA, J. B. (2002) – *Cidade romana de Eburobrittium*. Óbidos: Mimesis / Câmara Municipal de Óbidos.
- PARREIRA, R. (1997) O Salvamento Arqueológico das Ruínas Romanas da Praia da Luz (Lagos): as Oficinas de Salga a Oriente do Balneário (Escavações de 1987 – 1988), *Setúbal Arqueológica*, 11-12, p. 241-248.
- PEREIRA, J. C. (2003) – *Portugal na Era de Quinhentos*. Cascais: Patrimonia Historica.
- PIMENTA, J. & FABIÃO, C. (no prelo) – Ânforas orientais em *Olysipona* (Lisboa): a vitalidade da rota atlântica em época pós-romana.
- PONSICH, M. (1988) – *Aceite de oliva y salazones de pescado. Factores geo-economicos de Betica y Tingitana*. Madrid: Universidade Complutense.
- PONSICH, M. & TARRADELL, M. (1965) – *Garum et industries antiquae de salaison dans la Méditerranée Occidentale*. Paris.
- RAPOSO, J. M. C. (1990) – Porto dos Cacos: uma oficina de produção de ânforas no vale do Tejo. In: ALARCÃO, A.; MAYET, F. (eds.) *As ânforas lusitanas. Tipologia, produção, comércio (actas da mesa-redonda de Conímbriga, 1988)*. Coimbra/Paris: MMC/Diff. E. De Boccard, p. 117-151.
- RAMOS, A. C. (2008) – Novos dados sobre a ocupação antiga do Centro Histórico de Lagos. A intervenção na Rua 25 de Abril, ns. 53-55. *Xelb* 8(2), p. 87-98.
- RAMOS, A. C.; ALMEIDA, R. & LAÇO, T. (2006) – O Complexo Industrial da Rua Silva Lopes (Lagos). Uma primeira leitura do sítio e análise das suas problemáticas no quadro da indústria conserveira da Lusitânia meridional. In: Silva, C. T.; Soares, J. (dir.) *Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas Durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet*. *Setúbal Arqueológica*, 13, p. 83-100.
- RAMOS, A. C.; LAÇO, T.; ALMEIDA, R. & VIEGAS, C. (2007) – Les Céramiques communes du VIe s. du complexe industriel de salaisons de poisson de Lagos (Portugal). In: BONIFAY, M. & TRÉGLIA, J-C (dir.) *LRCW 2. Late Roman Coarse Wares, Cooking Wares and Amphorae in the Mediterranean: Archaeology and Archaeometry*. Oxford: BAR International Series 1662 (1), p. 85-97.
- RAPOSO, J. M. C. & DUARTE, A. L. C. (1992) – Ânforas lusitanas: los alfares del Tajo, *Revista de Arqueologia*, ano XII, 134 (Junho), Madrid: Zugarto Ediciones, p. 36-45.
- RAPOSO, J. M. C. & DUARTE, A. L. C. (1996) – O forno 2 de Porto dos Cacos (Alcochete). In: FILIPE, G.; RAPOSO, J.M.C. (eds.) *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado (actas das jornadas, Seixal, 1991)*. Lisboa: D. Quixote, p. 249-266.
- RAPOSO, J.; FABIÃO, C.; GUERRA, A.; BUGALHÃO, J.; DUARTE, A. L.; SABROSA, A.; DIAS, M. I.; PRUDÊNCIO, M. I. & GOUVEIA, A. (2005). OREsT Project: late Roman pottery productions from the low Tejo. In: *First International Conference in Late Roman Coarse Wares, Cooking Wares and Amphorae in the Mediterranean: Archaeology and Archaeometry (Barcelona, 2002)*. Oxford: BAR- IS 1340, pp. 37-54.

- RAPOSO, J. M. C. ; SABROSA, A J. G. & DUARTE, A L. C. (1995) – Ânforas do vale do Tejo. As olarias da Quinta do Rouxinol (Seixal) e do Porto dos Cacos (Alcochete). *Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular (Porto, 1993)*. 7, Porto: SPAE, p. 331-352.
- RAU, V. (1951) – *A exploração e o comércio do sal de Setúbal. Estudo de história económica*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura.
- RIBEIRO, O. (1977) – *Introduções Geográficas à História de Portugal. Estudo Crítico*, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda (Coleção Estudos Portugueses, 3).
- RIBEIRO, O. s/d [1978] *Geografia e Civilização: Temas Portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte (Espaço e Sociedade, 2).
- RIBEIRO, O. (1987) – *A Formação de Portugal*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Identidade, Série Cultura Portuguesa).
- ROCHA, A. S. (1895-1896) [1975] – Notícia de algumas estações romanas e árabes do Algarve. In: *Memórias e explorações arqueológicas. III Memórias sobre a Antiguidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 145-208 (texto primeiramente publicado em *O Archeólogo Português*, 1 e 2).
- ROCHA, A. S. (1895-1896) [1975] – Fornos luso-romanos da freguesia de Brenha. In: *Memórias e explorações arqueológicas. III Memórias sobre a Antiguidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 225-230.
- SABROSA, A. (1996) – Necrópole romana do Porto dos Cacos (Alcochete). In: FILIPE, G. & RAPOSO, J.M.C., (eds.) *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado (Actas das jornadas, Seixal, 1991)*. Lisboa: D. Quixote, p. 283-300.
- SAMPAIO, A. (1904) – *Estudos Históricos e Económicos. As povoações marítimas*. Reimpressão, s/d, Lisboa: Vega.
- SANTOS, M. L. E. V. A. (1971 – 1972) – *Arqueologia romana do Algarve. Subsídios*. 2 vols., Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- SANTOS, V.; SABROSA, A. & GOUVEIA, L. (1996) – Carta arqueológica de Almada elementos da ocupação romana. In: FILIPE, G.; RAPOSO, J.M.C., (eds.) *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado (Actas das jornadas, Seixal, 1991)*. Lisboa: D. Quixote, p. 225-236.
- SERRA, M. & DIOGO, M. (2008) – Polis de Lagos – Resultados preliminares. *Xelb* 8(2), p. 215-222.
- SERRA, M. & PORFÍRIO, E. (2006) – Encosta da Marina: uma *villa* romana na Meia Praia (Lagos). *Xelb* 6(2), p. 69-74.
- SILVA, C. T.; SOARES, J.; BEIRÃO, C. M.; DIAS, L. F. & COELHO-SOARES, A. (1980-1981) – Escavações Arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (Campanha de 1979), *Setúbal Arqueológica*, 6-7, p. 149-218.
- SILVA, C. T. (1996) – Produção de ânforas na área urbana de Setúbal: a oficina romana do Largo da Misericórdia. In: FILIPE, G. & RAPOSO, J.M.C., (eds.) *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado (actas das jornadas, Seixal, 1991)*. Lisboa: D. Quixote, p. 43-54.
- SILVA, C. T. & COELHO-SOARES, A (1980-1981) – A praça do Bocage (Setúbal) na época romana. Escavações arqueológicas de 1980. *Setúbal Arqueológica*, 6-7, p. 249-284.

- SILVA, C. T. & COELHO-SOARES, A. (1987) – Escavações arqueológicas no Creiro (Arrábida). Campanha de 1987. *Setúbal Arqueológica*, 8, p. 221-237.
- SILVA, C. T. & COELHO-SOARES, A. (2006) – Produção de preparados piscícolas na Sines romana. In: SILVA, C. T.; SOARES, J. (dir.), *Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas Durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal Arqueológica*, 13, p. 101-122.
- SILVA, C. T.; COELHO-SOARES, A. & CORREIA, V. H. (1990) – Produção de ânforas romanas no Martinhal (Sagres). In: ALARCÃO, A. & MAYET, F. *As ânforas lusitanas. Tipologia, produção, comércio (actas da mesa-redonda de Conímbriga, 1988)*. Coimbra/Paris: MMC/Diff. E. De Boccard, p. 225-246.
- SILVA, C. T.; COELHO-SOARES, A.; SOARES, J. (1986) – Fábrica de Salga da Época Romana da Travessa de Frei Gaspar (Setúbal). *I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal, 1985)*. Lisboa: IPPC, p. 155-160 (Trabalhos de Arqueologia, 3).
- SILVA, C. T.; SOARES, J. (1993) – *Ilha do Pessegueiro Porto Romano da Costa Alentejana*. Lisboa: Instituto de Conservação da Natureza.
- SILVA, C. T.; SOARES, J. (1997) – Chibanes Revisitado. Primeiros Resultados da Campanha de Escavações de 1996. In: *Homenagem ao Professor António Augusto Tavares, Estudos Orientais*, 6, p. 33-66.
- SILVA, C. T. & SOARES, J. (dir.) (2006) – *Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas Durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal Arqueológica*, 13.
- SOARES, J. (1980) – *Estação romana de Tróia*. Setúbal: MAEDS.
- SOARES, J. & SILVA, C. T. (1986) – Ocupação Pré-Romana de Setúbal. *I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal, 1985)*. Lisboa: IPPC, p. 87-101 (Trabalhos de Arqueologia, 3).
- TEICHNER, F. (2006) – Cerro da Vila: paleo-estuário, aglomeração secundária e centro de transformação de recursos marinhos. In: SILVA, C. T. & SOARES, J. (dir.), *Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas Durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal Arqueológica*, 13, p. 69-82.
- TOVAR, A. (1976) – *Iberische Landeskunde. Zweiter Teil Die Völker und die Städte der Antiken Hispanien. Band 2 Lusitanien*. Baden-Baden: Verlag Valentin Koerner.
- VASCONCELLOS, J. L. (1898) – Olaria luso-romana em S. Bartolomeu de Castro Marim. *O Archeólogo Português*. 4, p. 329-336.
- VEIGA, S. P. E. da, (1886-1891) – *Antiguidades monumentaes do Algarve. Paleoethnologia*. 4 vols., Lisboa: Imprensa Nacional.
- VEIGA, S. P. E. da, (1904) – *Antiguidades monumentaes do Algarve. Capitulo V Tempos historicos. O Archeólogo Português*. Lisboa. 9, p. 202-210.
- VEIGA, S. P. E. da, (1905) – *Antiguidades monumentaes do Algarve. Capitulo V Tempos historicos. O Archeólogo Português*. Lisboa. 10, p. 6-14.

- VEIGA, S. P. E. da, (1910) – Antiquidades monumentaes do Algarve. Capitulo V Tempos historicos. *O Archeólogo Português*. Lisboa. 15, p. 209-233.
- VEIGA, S. P. E. da, (2006) – *Paleoetnologia. Antiquidades Monumentais do Algarve. Tempos Históricos*, vol. V. Silves: Museu Nacional de Arqueologia / Câmara Municipal de Silves (notas e comentários de CARDOSO, J. L. e GRADIM, A.).
- VIEGAS, C. (2006) – O forno romano da Manta Rota (Algarve). In: SILVA, C. T. & SOARES, J. (dir.), *Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas Durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal Arqueológica*, 13, p. 177-196.
- WEBER, M. (1982) – *La Ville*. Paris: Aubier (trad. francesa de *Die Stadt*).
- ZBYSZEWSKI, G.; ANTUNES, M. T.; FERREIRA, O. V. & CARVALHOSA, A.B. (1976) – *Carta Geológica de Portugal. Notícia explicativa da folha 37-A Águas de Moura*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.